

# RELATÓRIO ANUAL 2024



Cooperando  
*e inovando!*



**SICOOB**  
Secoviced



# Mais que uma escolha FINANCEIRA.

O Sicoob tem **tudo pra ser seu.**

Do cartão que facilita o seu dia a dia aos investimentos que garantem o seu futuro. Com um portfólio completo de produtos e soluções financeiras na palma da sua mão, oferecemos as melhores taxas, um atendimento próximo e personalizado, e o melhor: **você ainda participa dos resultados financeiros da sua cooperativa.**

 Pra você

 Pra sua empresa

 Pro seu agronegócio

Saiba mais com o seu gerente ou fale com a nossa  
Central de Relacionamento:

 (62) 3416-0000

 (62) 3414-4399

[secovicred.com.br](http://secovicred.com.br) | [contato@secovicred.com.br](mailto:contato@secovicred.com.br)

 **SICOOB**  
Secovicred

Central de Atendimento - Capitais e regiões metropolitanas: 4000 1111\* | Demais localidades: 0800 642 0000 | SAC 24 horas: 0800 734 4420  
Ouvidoria: 0800 725 0996 - de seg. a sex., das 8h às 20h - [ouvidoria.sicoob.com.br](http://ouvidoria.sicoob.com.br) | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 - de seg. a sex., das 8h às 20h.  
\*Caso a localidade não tenha o serviço 4000 ou 4001, informe o nr da operadora mais o DDD 61 (Sicoob) 4000 1111.

# SUMÁRIO

4

Mensagem do  
Presidente

5

Pontos de  
Atendimento

6

Governança  
Corporativa

7

Planejamento  
Estratégico 2025

8

Ganho Social e  
produtos

11

Relatório da  
Administração

15

Demonstrações  
Contábeis

20

Notas Explicativas

61

Relatório  
do Auditor  
Independente

65

Parecer do  
Conselho Fiscal

67

Secovicred em  
números

72

Ações e Eventos



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

### Duas décadas de trabalho e prosperidade

**P**róximo de completar duas décadas de existência, o Sicoob Secovicred não apenas cresceu, mas se consolidou como um pilar fundamental do desenvolvimento econômico e social em nosso estado.

Desde a sua fundação, a nossa cooperativa de crédito tem se destacado por um crescimento sólido e sustentável, ganhando relevância em um cenário financeiro cada vez mais complexo. A nossa filosofia e razão de existência refletem diretamente no desenvolvimento local, transformando realidades e criando oportunidades. É gratificante ver como a confiança de nossos cooperados no nosso modelo cooperativo se traduziu em resultados concretos.

Nosso trabalho e esforço têm gerado resultados positivos nas economias locais, criando mais oportunidades ao empreendedorismo nas cidades e impulsionando o crescimento do agronegócio. Além disso, promovemos a inclusão financeira, contribuindo para o fortalecimento das cadeias produtivas.

Com taxas justas e um atendimento personalizado, consultivo e eficaz, garantimos que todos, independentemente do tamanho do negócio, tenham acesso a produtos e serviços financeiros de qualidade, que atendam às necessidades. Essa abordagem reforça nosso papel como agentes de transformação e progresso.

Além de nosso foco no desenvolvimento econômico, o Sicoob Secovicred promove uma agenda socioambiental que inclui iniciativas

voltadas para o bem-estar e a prosperidade das comunidades. Estamos comprometidos com a sustentabilidade e a inclusão, sempre buscando inovar em nossos produtos e serviços.

Reafirmamos nosso compromisso com os valores do cooperativismo: cooperação, igualdade e justiça. Estamos aqui para atender bem as necessidades financeiras de nossos cooperados, sempre com um atendimento próximo, eficiente e acolhedor.

O Sicoob Secovicred é mais do que uma instituição financeira; somos uma organização unida pelo propósito de promover justiça financeira e prosperidade. Que venham muitas outras décadas de conquistas, desenvolvimento e transformação!



**Ioav Blanche**  
*Presidente em exercício*



## CONHEÇA NOSSOS PONTOS DE ATENDIMENTOS

### UAD

Av. T-7, Nº 371, 25º Andar, Setor Oeste –  
Goiânia-GO | CEP: 74.140-110

### SEDE

Av. D, Nº 314, Setor Oeste – Goiânia-GO |  
CEP: 74.140-160

### BUENA VISTA

Av. T-4 S/N, Loja 239, Shopping Buena Vista,  
Setor Bueno – Goiânia-GO | CEP: 74.230-030

### SECOVI

Av. Fued José Sebba, Nº 1193, Setor Jardim  
Goiás – Goiânia-GO | CEP: 74.805-100

### BURITIS

Av. Dona Maria Cardoso esq. com Av. Rio  
Verde, Loja 04, Vila São Tomaz – Aparecida  
de Goiânia-GO | CEP: 74.486-110

### NOVA SUIÇA

Praça Wilson Salles, Nº163, Sala 2, Bairro  
Nova Suíça – Goiânia-GO | CEP: 74280370

### VARJÃO

Praça Moisés Franco, Nº 39, Centro  
Varjão-GO CEP: 75.355-000

### BELA VISTA

Rua Domingos Arantes, Nº 564, Centro –  
Bela Vista de Goiás-GO | CEP: 75.240-000

### SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO

Av. Erico Josué Meireles, Nº 735, Centro  
– São Miguel do Passa Quatro-GO | CEP:  
75.185-000

### CRISTIANÓPOLIS

Av. Goiás, Nº 225/239, Centro –  
Cristianópolis-GO | CEP: 75.230-000

### EDUCAÇÃO

Av. Anhanguera Nº 3592 Setor Leste Vila  
Nova – Goiânia-GO | CEP: 74.643-010

### PARQUE SGPA

Rua 250 Nº 221, Parque Agropecuário, Setor  
Nova Vila – Goiânia-GO | CEP: 74.653-200

### VIANÓPOLIS

Rua Eugenio Jardim, Nº670, Sala 01, Setor  
Central – Vianópolis-GO | CEP: 75.260-000

### FECOMÉRCIO

Av. 136, Nº 1084 Sala 01, Setor Marista –  
Goiânia-GO | CEP: 74.180-040

# GOVERNANÇA CORPORATIVA

## **PRESIDENTE**

Ioav Blanche – Presidente em Exercício

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

EDMAR FERREIRA PERILO  
FELIPE PINHO DA COSTA  
FLÁVIO ROBERTO DE CASTRO  
IVAN HERMANO FILHO  
MARCELO BAIOCCHI CARNEIRO  
MARDEL PARANHOS CARVALHO  
MURILLO CORTIZO VIDAL  
RENATO COSTA ESPERIDIÃO JÚNIOR

## **CONSELHO FISCAL**

### **EFETIVO**

PAULO OLIVEIRA LIMA  
PAULO ROBERTO DE SOUZA  
RAFAEL ARAÚJO SANTOS BAIOCCHI CARNEIRO

### **SUPLENTE**

GABRIEL PAES FORTES

## **DIRETORIA**

ANTÔNIO GOMES DA SILVA FILHO – DIRETOR SUPERINTENDENTE  
HÉLIO SILVEIRA DO NASCIMENTO JÚNIOR – DIRETOR DE RISCOS  
JEFFERSON ALVES COSTA – DIRETOR OPERACIONAL

# Visão



O principal objetivo do Sicoob Secoviced é unir pessoas que queiram compartilhar sonhos e prosperidade, levando inclusão social e financeira às comunidades onde estiver presente. Aqui, apresentamos a visão que guia nossa atuação.

Proporcionar a **melhor experiência financeira** aos nossos cooperados.

## Planejamento Estratégico 2025

Indicadores	2024	Meta 2025	%
Ativos Totais	R\$ 1.752.120.192,18	R\$ 2.129.435.761,83	21,53%
Operações de Crédito	R\$ 1.280.906.306,81	R\$ 1.387.131.444,31	8,29%
Depósitos Totais	R\$ 1.105.459.675,83	R\$ 1.428.383.043,63	29,21%
Patrimônio Líquido	R\$ 417.606.758,96	R\$ 518.004.846,70	24,04%
Rendas de Produtos e Serviços <small>(Outras Receitas Operacionais)</small>	R\$ 53.773.038,34	R\$ 58.740.276,56	9,24%
Despesas Administrativas *	R\$ 57.763.126,28	R\$ 59.317.374,72	2,69%
Índice Cobertura Administrativa	71,45%	78,00%	9,17%
Índice Cobertura de Pessoal	145,61%	171,36%	17,68%
Sobras Antes de JCP/FATES	R\$ 60.669.845,28	R\$ 90.553.285,20	49,26%
Percentual de Associados Inativos	31%	20,00%	-36,45%
Índice de Eficiência Padrão (IEP)	50,32	57,80	14,86%
Índice de Prejuízo (IHH)	0,11	0,10	-10,39%
IAP PF	3,06	3,35	9,48%
IAP PJ	2,79	2,90	3,94%
Net Promoter Score (NPS)	68 (Zona de Qualidade)	71 (Zona de Qualidade)	4,41%



## PRODUTOS E SERVIÇOS

### CONTAS

Tenha acesso a produtos e serviços, como Conta Salário, Conta Garantida com crédito pré-aprovado e Conta Capital, com suas cotas na cooperativa.

### CARTÕES

Centralize as despesas da sua empresa com os cartões do Sicoob para pessoas jurídicas.

### CRÉDITO

Capital de giro, antecipação de recebíveis, microcrédito, inanciamento para crescer, comprar ou construir.

### CRÉDITO RURAL

Soluções financeiras para custeio, investimento. Linhas do BNDES, FCO, PRONAF, PRONAMP e muito mais.

### INVESTIMENTOS

Conheça nosso portfólio de aplicações, sempre com rentabilidade, segurança, liquidez e o atendimento único que ajuda você a encontrar a opção ideal para o seu perfil de investimento (RDC, LCA, entre outros).

### SEGUROS e PREVIDÊNCIA

Proteja seu patrimônio, garanta a sua tranquilidade, a de seus familiares e funcionários com os seguros e Previdência do Sicoob.

### CONSÓRCIOS

Programa a expansão do seu patrimônio ou aumente sua frota e equipamentos com o consórcio do Sicoob.

### SERVIÇOS

Soluções para facilitar o dia a dia do seu negócio: DDA, custódia de cheques, cobranças, plataforma Coopcerto com Cartões Benefícios para seus funcionários, soluções de câmbio para operações de comércio exterior, Pix e muito mais.

### RECEBIMENTOS

São muitas formas de receber. Aqui, você conta com custódia de cheques, cobrança, comércio eletrônico, soluções de pagamentos da Sipag, PIX sem cobrança de taxas e muito mais.

### PAGAMENTOS

As ferramentas que você precisa para organizar os pagamentos da sua empresa. São soluções diversificadas, como Cartões Benefícios, débito automático, transferência, folha de pagamento e muito mais.

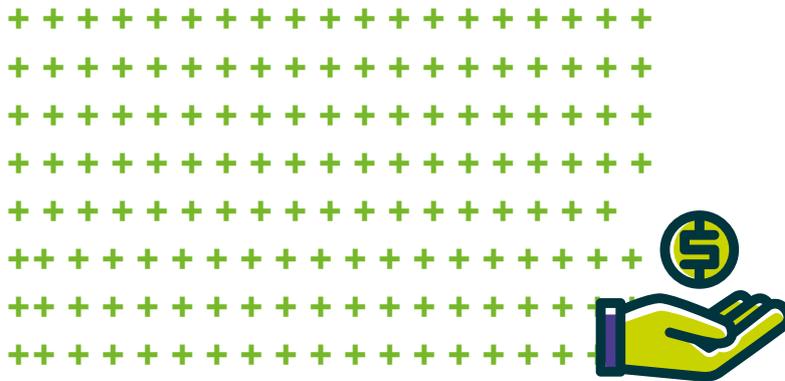
## GANHO SOCIAL – BENEFÍCIO ECONÔMICO

O Sicoob Secoviced é reconhecido não apenas pelos seus resultados financeiros, mas também pelos impactos sociais e econômicos positivos que causa em suas comunidades. A relação entre a cooperativa e seus cooperados vai além dos aspectos financeiros, refletindo uma parceria que se baseia na confiança mútua e na valorização do indivíduo.

Ao escolherem os produtos e serviços oferecidos pela Secoviced, os cooperados não somente têm ganhos financeiros significativos em suas contas, mas também outros ganhos financeiros, como a redução de juros e tarifas.

Cada vez que um cooperado utiliza um dos nossos produtos ou serviços, ele está agregando valor à sua vida financeira. Ao final de um ano, ao somar todas essas pequenas economias, é surpreendente perceber o montante de dinheiro que poupou ao escolher a Secoviced.

São pequenos gestos que geram grandes impactos, demonstrando o compromisso da instituição com o bem-estar financeiro de cada um de nossos membros. Acreditamos que os ganhos sociais apresentados na tabela ao lado são fundamentais para construir um futuro financeiro mais sólido e promissor para todos nós.



# VANTAGENS DE SER UM ASSOCIADO

Central: 1004 - SICOOB NOVA CENTRAL  
 Cooperativa: 3333 - SICOOB SECOVICRED  
 Data Base: 12/2024

	PRODUTOS	SFN TAXA MÉDIA MENSAIS	COOPERATIVA TAXA MÉDIA MENSAIS	VALOR ECONOMIZADO NO PERÍODO
Juros	CHEQUE ESPECIAL PF	7,20%	0,50%	R\$ 1.583.076
	CONSORCIO	1,77%	1,62%	R\$ 52.817
	EMPRÉSTAMOS PJ E PJ	3,01%	1,50%	R\$ 107.650.090
	DESCONTO DE CHEQUES PF	2,97%	2,30%	R\$ 1.067.338
	FINANC. DE VEÍCULOS PF	1,94%	1,80%	R\$ 53.545
	CREDITO RURAL PF*	0,85%	0,60%	R\$ 2.770.128
	CARTÃO DE CREDITO ROTATIVO	11,98%	8,90%	R\$ 743.052
	CARTÃO DE CREDITO PARCELADO	8,40%	7,90%	R\$ 42.606
	CHEQUE ESPECIAL PJ	13,12%	5,53%	R\$ 40.842.506
	TÍTULOS DESCONTADOS	1,61%	2,30%	R\$ 4.975.457
CREDITO RURAL PJ†	0,94%	0,94%	R\$ -3.307	
FINANC. DE VEÍCULOS PJ	1,30%	2,00%	R\$ -853.024	
FINANC. DE BENS E SERV. PJ	1,30%	1,20%	R\$ 260.390	
<b>TOTAL JUROS</b>			<b>R\$ 219.184.788</b>	
Tarifas	TARIFAS PJ‡	R\$ 32,64	R\$ 14,96	R\$ 1.720.186
	TARIFAS P.§	R\$ 104,38	R\$ 33,44	R\$ 14.010.603
<b>TOTAL TARIFAS</b>			<b>R\$ 16.544.790</b>	
Consórcios*	MÓVEIS	0,06%	0,04%	R\$ 14.793
	CARRINHOS	0,12%	0,07%	R\$ 4.016
	VEÍCULOS	0,17%	0,11%	R\$ 22.852
	MOTOS	0,26%	0,14%	R\$ 782
	OUTROS BENS	0,27%	0,27%	R\$ 19
	SERVIÇOS	0,32%	0,20%	R\$ 525
<b>TOTAL CONSÓRCIOS</b>			<b>R\$ 42.987</b>	
Captação (remuneração)	DEPÓSITOS A PRAZO	0,75%	0,74%	R\$ -600.236
<b>TOTAL CAPTAÇÃO</b>			<b>R\$ -600.236</b>	
Adquirência	CÉDITO (MDF)	1,66%	1,50%	R\$ 20.005
	CREDITO (MDF)	3,24%	2,56%	R\$ 220.212
	PARCELADO (MDF)	4,82%	3,10%	R\$ 1.143.830
	ANTECIPAÇÃO	2,91%	2,84%	R\$ 23.803
<b>TOTAL ADQUIRÊNCIA</b>			<b>R\$ 1.418.912</b>	
<b>ECONOMIA TOTAL</b>			<b>R\$ 230.551.222</b>	
<b>SOBRAS ACUMULADAS NO ANO†</b>			<b>R\$ 35.090.650</b>	
<b>ECONOMIA TOTAL + SOBRAS ACUMULADAS NO ANO</b>			<b>R\$ 272.541.878</b>	
<b>COOPERADOS ATIVOS</b>			<b>10.324</b>	
<b>VALOR ECONOMIZADO (MÉDIA POR COOPERADO ATIVO)</b>			<b>R\$ 16.696</b>	

Fonte: Contas Consolidadas (Sicoob, Banco Central do Brasil, Spiguel e RealPag)  
 Nota: Taxas de SFN aplicadas às operações são baseadas em períodos de 12 meses e referem-se à taxa de juros efetiva. Para obtenção de maiores detalhes, consulte o site da Sicoob ou o canal de atendimento ao associado.  
 \* Consórcio em nome do associado.  
 † Saldo em nome do associado.  
 ‡ Taxas SFN PJ: as operações de 12/2019 a 12/2023 consideram o valor médio do "Fundo Padronizado de Serviços PJ" e parte da operação de 12/2023 passou-se a considerar o valor médio do "Fundo Padronizado de Serviços PJ, PJ e PJ". Fundo Padronizado de Serviços Cooperativas. Taxas PJ referem-se à Resolução CMR nº 419, de 15 de março de 2019.  
 § Taxas SFN PJ aplicadas às operações são baseadas em períodos de 12 meses para PJ do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander, incluindo-se as tarifas decorrentes do ingresso "gratuito regressivo".  
 ¶ Consideram-se valores de consórcio não calculados pela soma dos valores aplicados nos períodos de referência do período. Para obtenção de maiores detalhes, consulte o site da Sicoob ou o canal de atendimento ao associado.  
 † Saldo em nome do associado.  
 ‡ Captação: as operações de 12/2019 a 12/2022 consideram os valores de captação dos produtos FDC, CDX, LCP e LCP-A parte da operação de 12/2023 passou-se a considerar os produtos de FDC, CDX, LCP, LCP-A e Poupança.

**EM CASO DE DÚVIDAS FAVORE ENTEND-EM CONTATO COM PERFORMANCECORPORATIVA@SICOOB.COM.BR**

# SICOOB NO BRASIL

---



mais de  
**8,4**  
milhões  
de cooperados



**330**  
cooperativas  
singulares



Única instituição  
financeira  
em  
**403**  
municípios



**3ª** melhor  
instituição financeira  
do Brasil



**4.649**  
pontos de aten-  
dimento  
em todo o Brasil



presente em todos os  
estados do Brasil e em  
**2.405**  
municípios

\*Ranking \*Melhores Bancos do Mundo 2023 e 2024 da Forbes

1

# Relatório da Administração

---

*Resultado da cooperativa em 2024*



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da cooperativa financeira SICOOB SECOVICRED.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

## 1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.405 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,3 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

## 2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

**Quer saber mais?**

Acesse [www.sicoob.com.br/sustentabilidade](http://www.sicoob.com.br/sustentabilidade).

## 3. Nossa cooperativa

O SICOOB SECOVICRED é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

## 4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 82,37% nos níveis de "AA" a "C".

## 5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses

de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB NOVA CENTRAL e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da

gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 31 de dezembro de 2024, o SICOOB SECOVICRED registrou o total de 128 (cento e vinte oito) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a alteração de limite de crédito e reativação de cartão. Das reclamações, cento e vinte oito foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

## 7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.



## 8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2024. Unidade de Apresentação: reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	-43,92%	29.876.961,18	60.669.845,28	108.190.840,48

Número de cooperados	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	10,03%	22.520	20.468

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Rural	3,41%	214.263.583,17	207.206.050,84
Carteira Comercial	24,04%	1.066.642.723,64	859.925.545,17
Total	20,03%	1.280.906.306,81	1.067.131.596,01

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 26,83% da carteira, no montante de R\$ 425.472.552,94.

Captações	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vistaCarteira	0,13%	319.937.593,71	319.508.175,30
Depósitos a prazoTotal	19,24%	658.559.217,37	552.283.055,14
LCA	1,80%	126.962.864,75	124.723.448,59
Total	10,93%	1.105.459.675,83	996.514.679,03

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 19,27% da captação, no montante de R\$ 210.125.446,18.

Patrimônio de Referência	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	12,65%	325.585.612,83	289.013.940,01

## 9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

## Conselho de Administração

GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2024.



2

# Demonstrações Contábeis

---

*Confira a seguir as Demonstrações Contábeis  
da cooperativa em 2024*



## Balço Patrimonial

(em reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>		<b>1.752.120.192,18</b>	<b>1.585.022.597,45</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4.a</b>	<b>9.489.794,87</b>	<b>12.744.303,79</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>1.803.998.494,64</b>	<b>1.598.676.027,99</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.b	83.911.081,08	89.967.935,38
Títulos e Valores Mobiliários	5	233.693.120,58	173.952.674,53
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	5	(3.542.204,85)	(863.657,50)
Relações Interfinanceiras	4.c	183.253.289,75	242.095.856,50
Centralização Financeira		183.253.289,75	242.095.856,50
Operações de Crédito	6	1.280.906.306,81	1.067.131.596,01
Outros Ativos Financeiros	7	25.776.901,27	26.391.623,07
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(120.383.477,42)</b>	<b>(75.615.271,91)</b>
(-) Operações de Crédito	6.b	(113.110.784,82)	(71.324.129,47)
(-) Outras	7.b	(7.272.692,60)	(4.291.142,44)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>8</b>	<b>4.853.135,36</b>	<b>5.939.723,70</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>9</b>	<b>34.142.920,87</b>	<b>27.563.395,02</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>10</b>	<b>46.660,00</b>	<b>39.360,00</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>11</b>	<b>28.450.048,90</b>	<b>22.535.093,43</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>12</b>	<b>1.252.778,01</b>	<b>1.251.808,72</b>
<b>(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>11 e 12</b>	<b>(9.730.163,05)</b>	<b>(8.111.843,29)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.752.120.192,18</b>	<b>1.585.022.597,45</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.752.120.192,18</b>	<b>1.585.022.597,45</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>13</b>	<b>978.033.442,43</b>	<b>871.307.829,13</b>
Depósitos à Vista		319.474.225,06	319.024.773,99
Depósitos a Prazo		658.559.217,37	552.283.055,14
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>309.434.009,31</b>	<b>307.422.306,43</b>
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	126.962.864,75	124.723.448,59
Relações Interfinanceiras	15	177.371.370,03	182.140.358,47
Repasse Interfinanceiros		177.371.370,03	182.140.358,47
Outros Passivos Financeiros	16	5.099.774,53	558.499,37
<b>PROVISÕES</b>	<b>17</b>	<b>9.901.717,41</b>	<b>4.000.891,53</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>18</b>	<b>3.308.010,20</b>	<b>2.927.232,82</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>19</b>	<b>33.836.253,87</b>	<b>33.968.930,97</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20</b>	<b>417.606.758,96</b>	<b>365.395.406,57</b>
CAPITAL SOCIAL	20.a	298.299.037,97	247.338.692,18
RESERVAS DE SOBRAS	20.b	116.099.417,69	106.739.585,35
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.d-e	3.208.303,30	11.317.129,04
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.752.120.192,18</b>	<b>1.585.022.597,45</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de sobras ou perdas (em reais)

	Notas	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>150.451.944,34</b>	<b>288.717.004,65</b>	<b>260.674.250,62</b>
Operações de Crédito	22	122.170.767,09	232.098.118,11	215.565.438,59
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.c	13.910.543,27	29.390.895,55	34.990.382,26
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.b	4.015.202,48	8.630.044,33	7.601.349,14
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	10.355.431,50	18.597.946,66	2.517.080,63
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>23</b>	<b>(100.658.340,30)</b>	<b>(192.204.832,83)</b>	<b>(133.343.746,69)</b>
Operações de Captação no Mercado	13.d	(40.283.446,00)	(77.569.152,06)	(74.924.862,24)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.b	(8.154.813,52)	(16.443.597,50)	(13.574.070,60)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(52.220.080,78)	(98.192.083,27)	(44.844.813,85)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>49.793.604,04</b>	<b>96.512.171,82</b>	<b>127.330.503,93</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(18.454.522,25)</b>	<b>(33.105.993,36)</b>	<b>(29.264.992,37)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	13.434.604,46	27.892.057,94	22.874.283,65
Rendas de Tarifas	25	2.874.268,30	6.270.320,61	6.868.757,90
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(16.723.914,46)	(33.201.732,76)	(29.814.885,50)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(16.956.371,80)	(33.041.917,48)	(32.930.265,30)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(623.316,80)	(1.628.271,97)	(1.635.706,71)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	10.957.288,59	20.197.309,72	17.027.410,42
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(11.417.080,54)	(19.593.759,42)	(11.654.586,83)
<b>PROVISÕES</b>	<b>31</b>	<b>(3.156.274,77)</b>	<b>(5.805.683,93)</b>	<b>374.291,09</b>
Provisões/Reversões para Contingências		696,16	(351,91)	693.334,42
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(3.156.970,93)	(5.805.332,02)	(319.043,33)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>28.182.807,02</b>	<b>57.600.494,53</b>	<b>98.439.802,65</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>32</b>	<b>1.694.154,16</b>	<b>3.785.746,66</b>	<b>10.134.122,12</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>29.876.961,18</b>	<b>61.386.241,19</b>	<b>108.573.924,77</b>
<b>PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS</b>		<b>-</b>	<b>(716.395,91)</b>	<b>(383.084,29)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA</b>	<b>20.d</b>	<b>29.876.961,18</b>	<b>60.669.845,28</b>	<b>108.190.840,48</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Resultado Abrangente (em reais)

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	29.876.961,18	60.669.845,28	108.190.840,48
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>29.876.961,18</b>	<b>60.669.845,28</b>	<b>108.190.840,48</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Demonstrações das mutações do patrimônio Líquido (em reais)

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	197.266.534,39	(3.439.427,89)	52.862.538,02	9.546.345,57	4.837.878,58	261.073.868,67
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	632.153,94	632.153,94
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>						
Distribuição de sobras para associados						
<b>Movimentação de Capital:</b>	17.110.508,25	0,00	0,00	(9.546.345,57)	(9.546.345,57)	(1.982.182,89)
Por Subscrição/Realização	32.375.491,51	(664.655,98)	0,00	0,00	0,00	31.710.835,53
Por Devolução (-)	(20.782.421,73)	0,00	0,00	0,00	0,00	(20.782.421,73)
<b>Reversão/Realização de Fundos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	5.854.993,13	5.854.993,13
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	108.190.840,48	108.190.840,48
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>						
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	25.472.663,63	0,00	0,00	0,00	(27.265.097,38)	(1.792.433,75)
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	38.483.605,24	0,00	(38.483.605,24)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	15.393.442,09	0,00	(15.393.442,09)	0,00
FATES – Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(7.696.721,05)	(7.696.721,05)
FATES – Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.813.525,76)	(9.813.525,76)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	251.442.776,05	(4.104.083,87)	91.346.143,26	15.393.442,09	11.317.129,04	365.395.406,57
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	251.442.776,05	(4.104.083,87)	91.346.143,26	15.393.442,09	11.317.129,04	365.395.406,57
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	212.252,22	212.252,22
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>						
Distribuição de sobras para associados	29.425.556,79	0,00	0,00	(15.393.442,09)	(15.393.442,09)	(1.361.327,39)
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	21.445.045,49	222.571,06	0,00	0,00	0,00	21.667.616,55
Por Devolução (-)	(27.260.942,67)	0,00	0,00	0,00	0,00	(27.260.942,67)
<b>Reversão/Realização de Fundos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	7.049.054,46	7.049.054,46
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	60.669.845,28	60.669.845,28
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>						
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	27.128.115,12	0,00	0,00	0,00	(28.815.339,61)	(1.687.224,49)
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	17.680.910,31	0,00	(17.680.910,31)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	0,00	7.072.364,12	(7.072.364,12)	0,00
FATES – Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.536.182,06)	(3.536.182,06)
FATES – Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.541.739,51)	(3.541.739,51)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	302.180.550,78	(3.881.512,81)	109.027.053,57	7.072.364,12	3.208.303,30	417.606.758,96
<b>Saldo em 30/06/2024</b>	274.951.877,38	(3.784.832,26)	91.346.143,26	0,00	26.796.461,50	389.309.649,88
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	132.361,77	132.361,77
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	15.176.589,13	(96.680,55)	0,00	0,00	0,00	15.079.908,58
Por Devolução (-)	(15.076.030,85)	0,00	0,00	0,00	0,00	(15.076.030,85)
<b>Reversão/Realização de Fundos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	7.049.054,46	7.049.054,46
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	29.876.961,18	29.876.961,18
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>						
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	27.128.115,12	0,00	0,00	0,00	(28.815.339,61)	(1.687.224,49)
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	17.680.910,31	0,00	(17.680.910,31)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	0,00	7.072.364,12	(7.072.364,12)	0,00
FATES – Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.536.182,06)	(3.536.182,06)
FATES – Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.541.739,51)	(3.541.739,51)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	302.180.550,78	(3.881.512,81)	109.027.053,57	7.072.364,12	3.208.303,30	417.606.758,96

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa (em reais)

Notas	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>29.876.961,18</b>	<b>61.386.241,19</b>	<b>108.573.924,77</b>
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	(5.979.750,37)	(5.979.750,37)	(5.061.567,52)
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	-	(3.181.680,04)	(3.909.777,29)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	52.220.080,78	98.192.083,27	44.844.813,85
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	3.156.970,93	5.805.332,02	319.043,33
Provisões/Reversões Não Operacionais	-	-	(2.213.835,23)
Provisões/Reversões para Contingências	(696,16)	351,91	(693.334,42)
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	(146.908,44)	(150.818,34)	-
Depreciações e Amortizações	908.796,43	1.769.138,10	1.787.744,14
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>	<b>80.035.454,35</b>	<b>157.840.897,74</b>	<b>143.647.011,63</b>
<b>(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	(10.777.032,68)	(57.061.898,70)	(120.263.095,88)
Operações de Crédito	(182.287.522,42)	(261.665.601,43)	(161.521.663,19)
Outros Ativos Financeiros	(2.336.636,58)	(4.918.265,33)	(10.740.234,58)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	2.245.266,25	1.086.588,34	(2.126.787,17)
Outros Ativos	(4.553.303,89)	(6.579.525,85)	(4.933.110,75)
<b>Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais</b>			
Depósitos à Vista	(6.336.335,42)	449.451,07	32.521.301,89
Depósitos a Prazo	(19.210.604,91)	106.276.162,23	63.001.298,19
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	20.380.369,54	2.239.416,16	71.792.255,89
Relações Interfinanceiras	5.758.625,64	(4.768.988,44)	47.724.487,86
Outros Passivos Financeiros	3.872.700,83	4.541.275,16	(6.196.784,60)
Provisões	82.825,76	95.141,95	132.603,74
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	1.917.020,72	380.777,38	564.579,32
Outros Passivos	(32.973.438,60)	(29.664.412,62)	(16.751.017,40)
FATES – Atos Cooperativos	(3.536.182,06)	(3.536.182,06)	(7.696.721,05)
FATES – Atos Não Cooperativos	(3.541.739,51)	(3.541.739,51)	(9.813.525,76)
Reversão/Realização de Fundos	7.049.054,46	7.049.054,46	5.854.993,13
Imposto de Renda Pago	(78.593,66)	-	-
Contribuição Social Pago	(52.362,81)	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(144.342.434,99)</b>	<b>(91.777.849,45)</b>	<b>25.195.591,27</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	-	3.181.680,04	2.865.305,49
Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo	-	-	1.044.471,80
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	5.979.750,37	5.979.750,37	5.061.567,52
Aquisição de Intangível	(37.468,41)	(969,29)	(113.333,34)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.524.894,33)	(5.914.955,47)	(3.759.294,71)
Aquisição de Investimentos	(7.300,00)	(7.300,00)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>2.410.087,63</b>	<b>3.238.205,65</b>	<b>5.098.716,76</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	15.079.908,58	21.667.616,55	31.710.835,53
Devolução de Capital aos Cooperados	(15.076.030,85)	(27.260.942,67)	(20.782.421,73)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	-	(1.361.327,39)	(1.982.182,89)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	27.128.115,12	27.128.115,12	25.472.663,63
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	132.361,77	212.252,22	632.153,94
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>27.264.354,62</b>	<b>20.385.713,83</b>	<b>35.051.048,48</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(114.667.992,74)</b>	<b>(68.153.929,97)</b>	<b>65.345.356,51</b>
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	391.322.158,44	344.808.095,67
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	276.654.165,70	344.808.095,67
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(114.667.992,74)</b>	<b>(68.153.929,97)</b>	<b>65.345.356,51</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas Explicativas

*Demonstrações financeiras para o período  
findo em 31 de dezembro de 2024*

# 1. Contexto operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA LTDA., doravante denominado SICOOB SECOVICRED, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/09/2005, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA – SICOOB NOVA CENTRAL e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito

do Brasil – Sicoob, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB SECOVICRED, sediado à AVENIDA D, Nº S/N, SETOR OESTE, GOIÂNIA – GO, possui: 12 Postos

de Atendimento (PAs), nas seguintes localidades: GOIANIA – GO, APARECIDA DE GOIÂNIA – GO, VARJÃO – GO, BELA VISTA DE GOIÁS – GO, SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO – GO, CRISTIANÓPOLIS – GO, VIANÓPOLIS – GO, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB SECOVICRED tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. Apresentação das demonstrações

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil

das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 06/02/2025.

### b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)



emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo SICCOOB, quando aplicável:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro Atualização saldo devedor	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

### c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

## 2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

### a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

**Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024:** Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

**Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024:** Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro

de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif)

### b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN n.º 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos: i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa; ii) taxa efetiva de juros das operações; iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; iii) ativo problemático e stop accrual; iv) divulgações e evidenciações em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O

objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

- Etapa 1 – Avaliação (2022): Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

- Etapa 2 – Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;

- Etapa 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “De x Para” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

- Etapa 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

- Etapa 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

- Etapa 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

#### **b.1) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e BCB n.º 352/2023 no Sicoob:**

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

- Classificação em modelos de negócios: Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:

- Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais

Mensuração contábil e reconhecimento: Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

- Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto



Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MtM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários);

• Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

- Taxa de juros efetiva da operação (TJEO): o Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

- Suspensão dos juros (stop accrual): de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

- Alocação em estágios: dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

• Estágio 1: ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentam problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;

• Estágio 2: ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com recuperação de crédito;

• Estágio 3: ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.

- Perdas esperadas (PE): A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperadas (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob.

Acerca dos efeitos supracitados, a Instituição, segundo melhores estimativas, avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada para a Resolução CMN nº 4.966/21, um valor de R\$ 18.993.088,46 correspondente a -4,76% sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão realizados a partir de 01 de janeiro de 2025 dentro do patrimônio líquido.

- Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off): O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios devem estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.

- Hierarquia de valor justo: os instrumentos

hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

- Nível 1: instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração;

- Nível 2: instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.

- Nível 3: instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.

- Efeitos tributários Cooperativas: em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

### **b.2) Outros aspectos de regulação:**

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433 atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

## **2.2 Continuidade dos Negócios**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

## **3) Resumo das Principais Políticas Contábeis**

### **a) Apuração do Resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

### **b) Estimativas Contábeis**

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.



### **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

### **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

### **e) Títulos e Valores Mobiliários**

Compõem os Títulos e Valores Mobiliários:

i) **Participações de Cooperativas:** registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020, alterada pela Resolução CMN 5.116/2024, e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

ii) **Cédulas de Produto Rural (CPRs):** títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

iii) **Outros Títulos de Renda Fixa, Renda Variável**

**e Fundos de Investimentos:** os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

### **f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

### **g) Operações de Crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### **h) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação

por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

### **i) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda**

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social,

recebidos dos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

#### **j) Depósitos em Garantia**

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **k) Investimentos**

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método aquisição, conforme Resolução CMN Nº 4.817/2020.

#### **i) Imobilizado de Uso**

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens: imóveis de uso – 5%, equipamentos de uso – 10%; veículos e processamento de dados – 20%.

#### **m) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de 20%.

#### **n) Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

#### **o) Obrigações por Empréstimos e Repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

#### **p) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

#### **q) Outros Ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

#### **r) Outros Passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### **s) Provisões**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



va tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

#### **t) Tributos**

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

#### **u) Segregação em Circulante e Não Circulante**

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **v) Valor Recuperável de Ativos – Impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

#### **w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

#### **x) Instrumentos Financeiros**

O SICOOB SECOVICRED opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

#### y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

#### 4) Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários (a)	9.489.794,87	12.744.303,79
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (b)	83.911.081,08	89.967.935,38
Relações interfinanceiras - centralização financeira (c)	183.253.289,75	242.095.856,50
Total	276.654.165,70	344.808.095,67

(a) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria terminal de autoatendimento) no valor de R\$ 2.116.331,06 e em custódia na tesouraria centralizadora (numerário em trânsito e em poder da transportadora) no valor de R\$ 7.373.463,81

(b) Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2ºsem/24	30/12/2024	30/12/2023
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.015.202,48	8.630.044,33	7.601.349,14

(c) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB NOVA CENTRAL como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimen-

tos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2ºsem/24	30/12/2024	30/12/2023
Rendimentos da Centralização Financeira	13.910.543,27	29.390.895,55	34.990.382,26



## 5) Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	30/12/2024			31/12/2023		
	Circulantes	Não Circulantes	Total	Circulantes	Não Circulares	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	61.252.506,06	61.252.506,06	-	54.970.042,37	54.970.042,37
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito (a)	-	24.375.876,51	24.375.876,51	-	21.194.199,05	21.194.199,05
Títulos de Renda Fixa (b)	6.156.726,16	-	6.156.726,16	-	-	-
CPR-F (c)	141.908.011,85	-	141.908.011,85	46.943.310,45	50.845.122,66	97.788.433,11
(-) Outros No País	(3.542.04,85)	-	(3.542.204,85)	(863.657,50)	-	(863.657,50)
<b>Total</b>	<b>144.522.533,16</b>	<b>85.628.382,57</b>	<b>230.150.915,73</b>	<b>46.079.652,95</b>	<b>127.009.364,08</b>	<b>173.089.017,03</b>

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

(b) Letra Financeira Subordinada Complementar – Banco Sicoob, e remunerado a 120% do CDI.

(c) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme Lei nº 8.929/1994 e alterações posteriores.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	11.519.101,78	21.276.494,01	3.380.738,13
Reversão de Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	1.326.921,88	1.618.577,35	30,63
Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(2.490.592,16)	(4.297.124,70)	(863.688,13)
<b>Total</b>	<b>10.355.431,50</b>	<b>18.597.946,66</b>	<b>2.517.080,63</b>

## 6) Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulantes	Não Circulantes	Total	Circulantes	Não Circulantes	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	391.474.971,07	606.642.172,04	998.117.143,11	365.357.517,83	468.328.842,30	833.686.360,13
Financiamentos	17.737.085,23	50.788.495,30	68.525.580,53	11.758.937,86	14.480.247,18	26.239.185,04
Financiamentos Rurais	116.251.370,90	98.012.212,27	214.263.583,17	84.537.347,77	122.668.703,07	207.206.050,84
Total de Operações de Crédito	525.463.427,20	755.442.879,61	1.280.906.306,81	461.653.803,46	605.477.792,55	1.067.131.596,01
(-) Provisões para Operações de Crédito	(56.481.026,73)	(56.629.758,09)	(113.110.784,82)	(38.933.423,90)	(32.390.705,57)	(71.324.129,47)
<b>Total</b>	<b>468.982.400,47</b>	<b>698.813.121,52</b>	<b>1.167.795.521,99</b>	<b>422.720.379,56</b>	<b>573.087.086,98</b>	<b>995.807.466,54</b>

**b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999**

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financia-mentos	Financia-mentos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
			Rurais	30/12/2024	30/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
AA - Normal	47.134.488,09	862.874,80	49.272.693,73	97.270.056,62	-	125.495.276,21	-
A 0,50% Normal	259.591.306,20	7.585.748,56	85.804.343,97	352.981.398,73	(1.764.909,99)	280.068.679,12	(1.400.345,56)
B 1% Normal	178.693.986,83	20.327.210,41	37.321.594,03	236.342.791,27	(2.363.427,91)	239.723.357,27	(2.397.233,57)
B 1% Vencidas	425.182,50	-	78.240,65	503.423,15	(5.034,23)	3.060.253,63	(30.602,54)
C 3% Normal	263.488.756,53	33.003.533,13	23.465.697,34	319.957.987,00	(9.598.739,61)	292.544.345,24	(8.776.330,36)
C 3% Vencidas	27.730.915,17	280.797,28	501.296,35	28.513.008,80	(855.390,26)	5.036.807,62	(151.104,23)
D 10% Normal	71.252.920,69	987.972,84	7.198.164,57	79.439.058,10	(7.943.905,81)	41.236.623,52	(4.123.662,35)
D 10% Vencidas	11.801.389,17	797.896,84	-	12.599.286,01	(1.259.928,60)	10.037.236,16	(1.003.723,62)
E 30% Normal	22.210.477,77	845.058,76	296.774,24	23.352.310,77	(7.005.693,89)	3.243.342,62	(973.002,79)
E 30% Vencidas	42.918.561,84	741.155,96	1.067.920,30	44.727.638,10	(13.418.291,43)	13.418.476,24	(4.025.542,87)
F 50% Normal	3.525.034,26	-	421.468,75	3.946.503,01	1.973.251,51)	1.902.500,18	(951.250,09)
F 50% Vencidas	10.511.142,28	1.873.419,07	3.317.931,19	15.702.492,54	(7.851.246,27)	4.386.948,41	(2.193.474,21)
G 70% Normal	5.510.491,41	182.533,20	1.844.732,86	7.537.757,47	(5.276.430,23)	2.152.658,68	(1.506.861,08)
G 70% Vencidas	13.780.686,52	346.180,67	-	14.126.867,19	(9.888.807,03)	3.446.983,03	(2.412.888,12)
H 100% Normal	13.910.366,79	265.686,26	158.262,55	14.334.315,60	(14.334.315,60)	15.396.273,39	(15.396.273,39)
H 100% Vencidas	25.631.437,06	425.512,75	3.514.462,64	29.571.412,45	(29.571.412,45)	25.981.834,69	(25.981.834,69)
<b>Total Normal</b>	<b>865.317.828,57</b>	<b>64.060.617,96</b>	<b>205.783.732,04</b>	<b>1.135.162.178,57</b>	<b>(50.260.674,55)</b>	<b>1.001.763.056,23</b>	<b>(35.524.959,19)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>132.799.314,54</b>	<b>4.464.962,57</b>	<b>8.479.851,13</b>	<b>145.744.128,24</b>	<b>(62.850.110,27)</b>	<b>65.368.539,78</b>	<b>(35.799.170,28)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>998.117.143,11</b>	<b>68.525.580,53</b>	<b>214.263.583,17</b>	<b>1.280.906.306,81</b>	<b>(113.110.784,82)</b>	<b>1.067.131.596,01</b>	<b>(71.324.129,47)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(99.733.601,61)</b>	<b>(3.892.190,38)</b>	<b>(9.484.992,83)</b>	<b>(113.110.784,82)</b>		<b>(71.324.129,47)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>898.383.541,50</b>	<b>64.633.390,15</b>	<b>204.778.590,34</b>	<b>1.167.795.521,99</b>		<b>995.807.466,54</b>	



### c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	de 91 a 360	Acima de 360	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Títulos Descontados	182.777.541,32	208.697.429,75	606.642.172,04	998.117.143,11	833.686.360,13
Financiamentos	3.755.645,38	13.981.439,85	50.788.495,30	68.525.580,53	26.239.185,04
Financiamentos Rurais	24.594.032,04	91.657.338,86	98.012.212,27	214.263.583,17	207.206.050,84
Total	211.127.218,74	314.336.208,46	755.442.879,61	1.280.906.306,81	1.067.131.596,01

### d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos /TD	Financiamento	Financiamento Rurais	% da Carteira	31/12/2024	31/12/2023
Setor Privado - Comércio	26.294.294,15	13.463,51	-	2,05%	26.307.757,66	26.779.771,73
Setor Privado - Indústria	1.164.931,95	-	-	0,09%	1.164.931,95	1.001.684,73
Setor Privado - Serviços	642.308.703,12	52.895.517,48	29.393.402,39	56,57%	724.597.622,99	623.562.291,89
Pessoa Física	324.654.886,76	15.392.957,93	184.870.180,78	40,98%	524.918.025,47	412.789.002,02
Outros	3.694.327,13	223.641,61	-	0,31%	3.917.968,74	2.998.845,64
TOTAL	998.117.143,11	68.525.580,53	214.263.583,17	100,00%	1.280.906.306,81	1.067.131.596,01

### e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo inicial</b>	(71.324.129,47)	(60.700.861,47)
Constituições/ Reversões no período	(89.677.545,98)	(39.949.999,36)
Transferência para prejuízo no período	47.890.890,63	29.326.731,36
<b>Saldo Final</b>	(113.110.784,82)	(71.324.129,47)

### f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	33.954.188,65	2,14%	29.426.170,86	2,28%
10 Maiores Devedores	267.793.877,13	16,89%	204.914.797,48	15,86%
50 Maiores Devedores	673.666.115,76	42,48%	508.442.930,95	39,35%

(Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

**g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo inicial</b>	107.116.694,96	87.343.637,98
Valor das operações recuperadas no exercício	(17.599.890,06)	(40.431.199,79)
Valor das operações transferidas no exercício	(53.423.878,06)	60.204.256,77
<b>Saldo Final</b>	142.940.682,96	107.116.694,96

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

**h) Operações renegociadas:**

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, abaixo os montantes de operações renegociadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Operações renegociadas	132.453.483,02	70.828.783,57

**7) Outros Ativos Financeiros**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	6.495.065,70	-	6.495.065,70	4.388.143,57	-	4.388.143,57
Rendas a Receber (b)	3.756.350,47	-	3.756.350,47	4.027.502,34	-	4.027.502,34
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	4.989.845,95	9.808.865,20	14.798.711,15	4.668.627,33	12.437.396,53	17.106.023,86
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	107.346,47	-	107.346,47	-	-	-
Títulos e Créditos a Receber (d)	44.892,77	-	44.892,77	393.375,61	-	393.375,61
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	574.534,71	574.534,71	-	476.577,69	476.577,69
<b>Total</b>	<b>15.393.501,36</b>	<b>10.383.399,91</b>	<b>25.776.901,27</b>	<b>13.477.648,85</b>	<b>12.913.974,22</b>	<b>26.391.623,07</b>

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, de coobrigação contratual;

substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:



Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	100.497,47	-	100.497,47	269.165,70	-	269.165,70
Rendas de Cartões	1.344.753,01	-	1.344.753,01	1.075.257,77	-	1.075.257,77
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	2.022.796,27	-	2.022.796,27	2.485.121,38	-	2.485.121,38
Rendas de Domicílio Bancário	176.877,78	-	176.877,78	101.493,89	-	101.493,89
Rendas de Poupança	64.830,99	-	64.830,99	53.192,54	-	53.192,54
Rendas de Transações Interfinanceiras	46.499,87	-	46.499,87	43.271,06	-	43.271,06
Outras rendas a receber	95,08	-	95,08	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.756.350,47</b>	<b>-</b>	<b>3.756.350,47</b>	<b>4.027.502,34</b>	<b>-</b>	<b>4.027.502,34</b>

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Re-

cebidos;  
(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber – Tarifas	-	-	-	373.030,52	-	373.030,52
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	44.892,77	-	44.892,77	20.345,09	-	20.345,09
<b>Total</b>	<b>44.892,77</b>	<b>-</b>	<b>44.892,77</b>	<b>393.375,61</b>	<b>-</b>	<b>393.375,61</b>

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pis Folha	-	371.848,98	371.848,98	-	210.816,09	210.816,09
Cofins	-	202.685,73	202.685,73	-	265.761,60	265.761,60
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>574.534,71</b>	<b>574.534,71</b>	<b>-</b>	<b>476.577,69</b>	<b>476.577,69</b>

## 7.1) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honorados	(5.497.660,61)	-	(5.497.660,61)	(3.439.398,34)	-	(3.439.398,34)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(1.013.103,58)	(761.928,41)	(1.775.031,99)	(237.537,52)	(614.206,58)	(851.744,10)
<b>Total</b>	<b>(6.510.764,19)</b>	<b>(761.928,41)</b>	<b>(7.272.692,60)</b>	<b>(3.676.935,86)</b>	<b>(614.206,58)</b>	<b>(4.291.142,44)</b>

**b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:**

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honorados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em	Provisões	Total em	Provisões
			30/06/2024	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2023
AA - Normal	-	2.931.663,89	2.931.663,89	-	3.706.260,93	-
A 0,50% Normal	-	448.234,53	448.234,53	(2.241,18)	918.913,62	(4.594,57)
B 1% Normal	-	187.082,97	187.082,97	(1.870,83)	939.437,19	(9.394,37)
C 3% Normal	-	1.032.864,83	1.032.864,83	(30.985,94)	5.540.158,96	(166.204,77)
D 10% Normal	-	6.614.538,50	6.614.538,50	(661.453,85)	5.644.127,86	(564.412,79)
E 30% Normal	208.124,89	-	208.124,89	(62.437,47)	20.073,86	(6.022,16)
E 30% Vencidas	458.249,27	3.542.899,10	4.001.148,37	(1.200.344,51)	989.714,98	(296.914,49)
F 50% Normal	71.470,50	-	71.470,50	(35.735,25)	-	-
F 50% Vencidas	400.194,97	41.427,33	441.622,30	(220.811,15)	576.908,98	(288.454,49)
G 70% Normal	273.606,29	-	273.606,29	(191.524,40)	-	-
G 70% Vencidas	727.106,30	-	727.106,30	(508.974,41)	678.087,77	(474.661,52)
H 100% Normal	80.994,23	-	80.994,23	(80.994,23)	5.833,63	(5.833,63)
H 100% Vencidas	4.275.319,25	-	4.275.319,25	(4.275.319,25)	2.474.649,65	(2.474.649,65)
<b>Total Normal</b>	<b>634.195,91</b>	<b>11.214.384,72</b>	<b>11.848.580,63</b>	<b>(1.067.243,15)</b>	<b>16.774.806,05</b>	<b>(756.462,29)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>5.860.869,79</b>	<b>3.584.326,43</b>	<b>9.445.196,22</b>	<b>(6.205.449,32)</b>	<b>4.719.361,38</b>	<b>(3.534.680,15)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>6.495.065,70</b>	<b>14.798.711,15</b>	<b>21.293.776,85</b>	<b>(7.272.692,47)</b>	<b>21.494.167,43</b>	<b>(4.291.142,44)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(5.492.557,28)</b>	<b>(1.780.135,19)</b>	<b>(7.272.692,47)</b>		<b>(4.291.142,44)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>1.002.508,42</b>	<b>13.018.575,96</b>	<b>14.021.084,38</b>		<b>17.203.024,99</b>	

## 8) Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	3.749.675,08	-	3.749.675,08	3.514.657,73	-	3.514.657,73
CSLL não compensado no próprio exercício	761.068,56	-	761.068,56	2.059.185,47	-	2.059.185,47
ISS - imposto s/serviços - a compensar	-	-	-	8.812,74	-	8.812,74
COFINS - a compensar	51.754,24	-	51.754,24	51.754,24	-	51.754,24
PIS - a compensar	11.212,33	-	11.212,33	11.212,33	-	11.212,33
INSS - a compensar	6.704,29	-	6.704,29	6.704,29	-	6.704,29
Valores a restituir - PERDCOMP	272.720,86	-	272.720,86	287.396,90	-	287.396,90
<b>Total</b>	<b>4.853.135,36</b>	<b>-</b>	<b>4.853.135,36</b>	<b>5.939.723,70</b>	<b>-</b>	<b>5.939.723,70</b>



## 9) Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	86.096,38	-	86.096,38	123.092,38	-	123.092,38
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	485.496,71	-	485.496,71	579.581,62	-	579.581,62
Devedores Diversos - País (a)	2.399.255,00	-	2.399.255,00	2.100.272,61	-	2.100.272,61
Material em Estoque	-	-	-	3.298,90	-	3.298,90
Ativos Mantidos para Venda - Recebidos (b)	33.729.670,28	-	33.729.670,28	13.757.442,89	13.265.154,24	27.022.597,13
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(2.892.275,85)	-	(2.892.275,85)	-	(2.912.275,85)	(2.912.275,85)
Despesas Antecipadas (d)	334.678,35	-	334.678,35	646.828,23	-	646.828,23
<b>Total</b>	<b>34.142.920,87</b>	<b>-</b>	<b>34.142.920,87</b>	<b>17.210.516,63</b>	<b>10.352.878,39</b>	<b>27.563.395,02</b>

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar (ii)	838.082,82	-	838.082,82	73.184,52	-	73.184,52
Diferença de Caixa	4.410,44	-	4.410,44	16.231,27	-	16.231,27
Pendências Avais	466.734,17	-	466.734,17	920.856,82	-	920.856,82
Outros Devedores	1.090.027,57	-	1.090.027,57	1.090.000,00	-	1.090.000,00
<b>Total</b>	<b>2.399.255,00</b>	<b>-</b>	<b>2.399.255,00</b>	<b>2.100.272,61</b>	<b>-</b>	<b>2.100.272,61</b>

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados

em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

## 10) Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros investimentos	46.660,00	39.360,00
<b>Total</b>	<b>46.660,00</b>	<b>39.360,00</b>

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, são mantidos no grupo de investimentos somente as participações de cooperativas em entidades que sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demais participações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

## 11) Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa depreciação	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2023
Imobilizado em Curso (a)		4.074.543,69	5.441.892,67	165.330,03	(1.964.204,47)	-	431.525,46
Edificações	4%	7.184.546,19	-	-	-	-	7.184.546,19
Instalações	10%	10.559.672,02	-	-	1.438.127,00	-	9.121.545,02
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.662.065,68	172.167,06	0,00	429.974,06	-	3.059.924,56
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.359.971,68	95.069,17	(3.909,96)	32.274,25	-	2.236.538,22
Sistema de Segurança	10%	339.249,64	57.276,50	0,00	63.829,16	-	218.143,98
Sistema de Transporte	20%	270.000,00	270.000,00	(282.870,00)	-	-	282.870,00
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>		<b>28.450.048,90</b>	<b>6.036.405,40</b>	<b>(121.449,93)</b>	-	-	<b>22.535.093,43</b>
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.397.362,53)	-	-	-	(287.381,76)	(1.109.980,77)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(3.011.399,37)	-	66.326,37	-	(828.985,08)	(2.116.087,92)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(4.278.110,54)	-	3.909,90	-	(498.403,92)	(3.783.616,52)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(26.550,00)	-	96.018,65	-	(54.994,15)	(67.574,50)
<b>Total de Depreciação de Imobilizado de Uso</b>		<b>(8.713.422,44)</b>	-	<b>166.254,92</b>	-	<b>(1.669.764,91)</b>	<b>(7.077.259,71)</b>
<b>Total</b>		<b>19.736.626,46</b>	<b>6.036.405,40</b>	<b>44.804,99</b>	-	<b>(1.669.764,91)</b>	<b>15.457.833,72</b>

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

## 12) Intangível

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de amortização	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2023
Sistemas De Processamento De Dados	20%	712.641,21	30.337,70	-	-	-	682.303,51
Sistemas de Comunicação e de Segurança		132.169,06	-	(29.368,41)	-	-	161.537,47
Licenças E Direitos Autorais E De Uso		<b>407.967,74</b>	-	-	-	-	<b>407.967,74</b>
<b>Intangível</b>		<b>1.252.778,01</b>	<b>30.337,70</b>	<b>(29.368,41)</b>	-	-	<b>1.251.808,72</b>
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		<b>(1.016.740,61)</b>	-	-	<b>117.216,16</b>	<b>(99.373,19)</b>	<b>(1.034.583,58)</b>
<b>Total de Amortização de ativos Intangíveis</b>		<b>(1.016.740,61)</b>	-	-	<b>117.216,16</b>	<b>(99.373,19)</b>	<b>(1.034.583,58)</b>
<b>Total</b>		<b>236.037,40</b>	<b>30.337,70</b>	<b>(29.368,41)</b>	<b>117.216,16</b>	<b>(99.373,19)</b>	<b>217.225,14</b>



## 13) Depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	319.474.225,06	-	319.474.225,06	319.024.773,99	-	319.024.773,99
Depósito a Prazo (b)	658.559.217,37	-	658.559.217,37	552.234.887,02	48.168,12	552.283.055,14
<b>Total</b>	<b>978.033.442,43</b>	<b>-</b>	<b>978.033.442,43</b>	<b>871.259.661,01</b>	<b>48.168,12</b>	<b>871.307.829,13</b>

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta

reduzora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

### 13.1) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	27.435.760,21	2,52%	34.985.559,18	3,57%
10 Maiores Devedores	144.162.093,61	13,22%	138.085.812,93	14,10%
50 Maiores Devedores	321.344.903,59	29,46%	318.271.046,25	32,49%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

### 13.2) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/24	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Depósitos a Prazo	(33.277.465,29)	(62.924.331,51)	(61.265.525,38)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(5.622.539,91)	(11.746.750,87)	(10.168.476,33)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.383.440,80)	(2.898.069,68)	(3.490.860,53)
<b>Total</b>	<b>(40.283.446,00)</b>	<b>(77.569.152,06)</b>	<b>(74.924.862,24)</b>

## 14) Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA (b)	126.962.864,75	-	126.962.864,75	102.061.605,14	22.661.843,45	124.723.448,59
<b>Total</b>	<b>126.962.864,75</b>	<b>-</b>	<b>126.962.864,75</b>	<b>102.061.605,14</b>	<b>22.661.843,45</b>	<b>124.723.448,59</b>

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13 – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

## 15) Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

### a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	94.044.313,36	83.327.056,67	177.371.370,03	73.314.333,09	108.826.025,38	182.140.358,47
<b>Total</b>	<b>94.044.313,36</b>	<b>-</b>	<b>177.371.370,03</b>	<b>73.314.333,09</b>	<b>108.826.025,38</b>	<b>182.140.358,47</b>

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras variam entre 4% e 14,31% ao ano, com vencimentos entre 04/01/2024 e 24/08/2035.

### b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/24	30/06/2024	30/06/2023
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(8.154.813,52)	(16.443.597,50)	(13.574.070,60)
<b>Total</b>	<b>(8.154.813,52)</b>	<b>(16.443.597,50)</b>	<b>(13.574.070,60)</b>

## 16) Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão assim compostos:



Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	4.421.177,98	-	4.421.177,98	123.377,39	-	123.377,39
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (c)	232.621,63	-	232.621,63	258.275,28	-	258.275,28
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	445.974,92	-	445.974,92	176.846,70	-	176.846,70
<b>Total</b>	<b>5.099.774,53</b>	<b>-</b>	<b>5.099.774,53</b>	<b>558.499,37</b>	<b>-</b>	<b>558.499,37</b>

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ordens de Pagamento (i)	3.832.000,00	-	3.832.000,00	9.687,92	-	9.687,92
Cobrança de Terceiros em Trânsito	589.177,98	-	589.177,98	113.619,47	-	113.619,47
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	-	-	-	70,00	-	70,00
<b>Total</b>	<b>4.421.177,98</b>	<b>-</b>	<b>4.421.177,98</b>	<b>123.377,39</b>	<b>-</b>	<b>123.377,39</b>

(b) Em Operações com Títulos e Valores Mobiliários – IOF a Recolher estão registrados:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	443.690,69	-	443.690,69	164.409,25	-	164.409,25
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.284,23	-	2.284,23	12.437,45	-	12.437,45
<b>Total</b>	<b>445.974,92</b>	<b>-</b>	<b>445.974,92</b>	<b>176.846,70</b>	<b>-</b>	<b>176.846,70</b>

## 17) Provisões

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	3.063.670,73	6.203.038,78	9.266.709,51	2.008.965,55	1.452.411,94	3.461.377,49
Provisão Para Contingências (b)	-	635.007,90	635.007,90	-	539.514,04	539.514,04
<b>Total</b>	<b>3.063.670,73</b>	<b>6.838.046,68</b>	<b>9.901.717,41</b>	<b>2.008.965,55</b>	<b>1.991.925,98</b>	<b>4.000.891,53</b>

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de

acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/12/2024	31/12/2023
Coobrigações Prestadas	172.051.224,84	143.539.002,84
<b>Total</b>	<b>172.051.224,84</b>	<b>143.539.002,84</b>

#### (b) Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis,

classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	30/12/2024		31/12/2023	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS (i)	371.848,98	371.848,98	210.816,09	210.816,09
COFINS (i)	202.685,73	202.685,73	265.761,60	265.761,60
Outras Contingências	60.473,19	-	62.936,35	-
<b>Total</b>	<b>635.007,90</b>	<b>574.534,71</b>	<b>539.514,04</b>	<b>476.577,69</b>

#### b.1) Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais

Descrição	Cível	Tributário	Total
<b>Saldo em 01 janeiro de 2023</b>	<b>773.372,88</b>	<b>326.871,84</b>	<b>1.100.244,72</b>
Constituição da provisão	62.936,35	289.017,47	351.953,82
Reversão da provisão	773.372,88	139.311,62	912.684,50
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>62.936,35</b>	<b>476.577,69</b>	<b>539.514,04</b>
Reversão da provisão	17.771,51	224.108,95	241.880,46
Atualização durante o exercício	15.308,35	322.065,97	337.374,32
<b>Saldo em 30 de dezembro de 2024</b>	<b>60.473,19</b>	<b>574.534,71</b>	<b>635.007,90</b>

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SECOVICRED, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 32.000,00 (em 2023 totalizando R\$ 320.767,96). Essas ações abrangem, basicamente,

processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.



## 18) Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	94.257,95	-	94.257,95	50.596,09	-	50.596,09
Impostos e Contribuições sobre salários	1.339.456,23	-	1.339.456,23	1.324.042,43	-	1.324.042,43
Outros	1.874.296,02	-	1.874.296,02	1.552.594,30	-	1.552.594,30
<b>Total</b>	<b>3.308.010,20</b>	<b>-</b>	<b>3.308.010,20</b>	<b>2.927.232,82</b>	<b>-</b>	<b>2.927.232,82</b>

(a) A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	413.862,06	-	413.862,06	134.743,13	-	134.743,13
ISSQN a recolher	22.205,65	-	22.205,65	43.791,47	-	43.791,47
PIS sobre juros ao capital	1.438.228,31	-	1.438.228,31	1.374.059,70	-	1.374.059,70
<b>Total</b>	<b>1.874.296,02</b>	<b>-</b>	<b>1.874.296,02</b>	<b>1.552.594,30</b>	<b>-</b>	<b>1.552.594,30</b>

## 19) Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	24.422.298,76	-	24.422.298,76	24.045.211,15	-	24.045.211,15
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	463.368,65	-	463.368,65	483.401,31	-	483.401,31
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	4.604.241,27	-	4.604.241,27	4.828.769,91	-	4.828.769,91
Cretores Diversos - País (d)	4.346.345,19	-	4.346.345,19	4.611.548,60	-	4.611.548,60
<b>Total</b>	<b>33.836.253,87</b>	<b>-</b>	<b>33.836.253,87</b>	<b>33.968.930,97</b>	<b>-</b>	<b>33.968.930,97</b>

(a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	4.138.714,25	-	4.138.714,25	3.790.493,75	-	3.790.493,75
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	20.283.584,51	-	20.283.584,51	20.254.717,40	-	20.254.717,40
<b>Total</b>	<b>24.422.298,76</b>	<b>-</b>	<b>24.422.298,76</b>	<b>24.045.211,15</b>	<b>-</b>	<b>24.045.211,15</b>

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) As gratificações, segundo o artigo 457 da CLT, compreendem-se na remuneração do empregado,

para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953) (Vide Lei nº 13.419, de 2017);

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	3.229.509,27	-	3.229.509,27	2.990.139,89	-	2.990.139,89
Custos de Transações Interfinanceiras	146.870,50	-	146.870,50	284.184,02	-	284.184,02
Seguro Prestamista	228.255,06	-	228.255,06	588.301,37	-	588.301,37
Despesas com Cartões	440.007,08	-	440.007,08	230.046,99	-	230.046,99
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	124.512,64	-	124.512,64	54.626,77	-	54.626,77
Segurança e Vigilância	-	-	-	30.244,31	-	30.244,31
Manutenção e Conservação de Bens	18.953,67	-	18.953,67	7.335,25	-	7.335,25
Transporte	-	-	-	361,21	-	361,21
Seguro	9.466,93	-	9.466,93	-	-	-
Compensação	49.557,49	-	49.557,49	45.349,98	-	45.349,98
Aluguéis	12.424,93	-	12.424,93	-	-	-
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	344.683,70	-	344.683,70	598.180,12	-	598.180,12
<b>Total</b>	<b>4.604.241,27</b>	<b>-</b>	<b>4.604.241,27</b>	<b>4.828.769,91</b>	<b>-</b>	<b>4.828.769,91</b>

(d) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	739.346,25	-	739.346,25	157.407,07	-	157.407,07
Valores a Repassar à Cooperativa Central	418.503,20	-	418.503,20	443.554,47	-	443.554,47
Cheques Depositados Relativos a Descontos	824.070,65	-	824.070,65	380.616,36	-	380.616,36
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	42.390,11	-	42.390,11	28.124,05	-	28.124,05
Diferença de Caixa	5.406,77	-	5.406,77	5.633,31	-	5.633,31
Créditos de Terceiros	358.268,45	-	358.268,45	48.477,85	-	48.477,85
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	3.528,30	-	3.528,30	-	-	-
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	132.941,10	-	132.941,10	110.648,02	-	110.648,02
Outros	1.821.890,36	-	1.821.890,36	3.437.087,47	-	3.437.087,47
Credores Diversos - País	1.821.890,36	-	1.821.890,36	3.437.087,47	-	3.437.087,47
<b>Total</b>	<b>4.346.345,19</b>	<b>-</b>	<b>4.346.345,19</b>	<b>4.611.548,60</b>	<b>-</b>	<b>4.611.548,60</b>



## 20) Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no

valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	298.299.037,97	247.338.692,18
Quantidade de Cooperados	22.520	20.468

### b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2024 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da seguinte forma:

### c) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as

- 100% para conta capital, no valor de R\$ 15.393.442,09.

### d) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
<b>Sobras/Perdas Antes Remuneração Juros ao Capital Próprio</b>	<b>60.669.845,28</b>	<b>60.669.845,28</b>
(-) Despesa com Juros ao Capital Próprio	(28.815.339,61)	(28.815.339,61)
<b>Sobras/Perdas do exercício</b>	<b>31.854.505,67</b>	<b>31.854.505,67</b>
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(3.541.739,51)	(3.541.739,51)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	7.049.054,46	7.049.054,46
<b>Base de cálculo das sobras líquidas</b>	<b>35.361.820,62</b>	<b>35.361.820,62</b>
(-) Destinação para o Fundo de Reserva 50%	(17.680.910,31)	(17.680.910,31)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos 10%	(3.536.182,06)	(3.536.182,06)
(-) Destinação para Outras Reservas 20%	(7.072.364,12)	(7.072.364,12)
<b>Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>7.072.364,13</b>	<b>7.072.364,13</b>

Apartir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

### e) Cessão de Perdas Acumuladas de Cooperativa Incorporada.

Em 01/04/2020, houve processo de incorporação do Sicoob CrediSGPA, ficando o saldo de perdas demonstrado conforme abaixo:

Histórico	Valor
Perdas Acumuladas 31/12/2019 - Sicoob CrediSGPA	(38.965.557,69)
Sobras acumuladas até 01/04/2020	3.233.616,74
<b>Total Sobras/Perdas Acumuladas (Saldo migrados 01/04/2020)</b>	<b>(35.731.940,95)</b>
Sobras acumuladas 2020 (ajustes feitos na incorporadora - 01/04/2020)	<b>(236.474,47)</b>
Pagamento de sobras - 2020	(33.050,09)
Pagamento de perdas - 2020	238.102,70
Baixa provisão IRPJ/CSLL (2015 período prescrito)	464.263,75
<b>Saldo de Perdas antes recurso FGCOOP</b>	<b>(35.299.099,06)</b>
<b>Perdas não cobertas pelo FGCOOP (Registro PL)</b>	<b>(6.299.099,06)</b>
Pagamentos de Perdas até 31/12/2022	1.590.632,07
Pagamento com JCP ano 2023	220.764,90
Pagamento com Sobras ano 2022	126.317,21
Pagamentos Espontâneos no ano 2023	285.071,83
Pagamento com Sobras ano 2023	69.901,46
Pagamento Espontâneo no ano 2024	17.434,20
Pagamento com JCP ano 2024	124.916,56
<b>6.1.7.10.00.0003-2 - Sobras/Perdas Exerc. Encerrado</b>	<b>(3.864.060,83)</b>
<b>Cessão de Crédito – FGCOOP (a)</b>	<b>(29.000.000,00)</b>
Pagto Perda com JCP-Sobras/2020, espontâneos 04/2020-04/2021	2.355.035,75
Pagto Perda com JCP-Sobras/2021, espontâneos 05/2021-04/2022	6.746.422,05
Pagto Perda com JCP-Sobras/2022, espontâneos 05/2022-04/2023	6.447.932,74
Pagto Perda com JCP-Sobras/2023, espontâneos 05/2023-04/2024	3.484.648,68
Pagto Perda espontâneo 05/2024 até 31/12/2024	184.102,75
Pagamento com JCP ano 2024	890.313,54
<b>Saldo Perdas em aberto - FGCOOP</b>	<b>(8.891.544,49)</b>
<b>Perdas Retidas a receber</b>	<b>(12.755.605,32)</b>

(a) Em 18 de dezembro de 2020 foi firmado contrato de Cessão de Créditos de perdas a ratear 23 entre os associados das cooperativas incorporadas com o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCOOP, com finalidade de prestar suporte financeiro a cooperativa incorporadora, ficando esta responsável por controlar a perdas individualizadas e por repassar as futuras sobras e juros sobre capital dos exercícios 2021 a 2030 ao FGCOOP, tendo como interveniente garantidora a Central das Cooperativas de Crédito de Goiás, Distrito Federal e Tocantins Ltda. – Sicoob Nova Central.

Desta forma foi repassado para cooperativa em dezembro de 2020 o montante de R\$ 29.000.000,00

(Vinte nove milhões de reais). A referida cessão de créditos, abatida diretamente da rubrica de perdas acumuladas no patrimônio líquido, se deu em caráter irrevogável e irretratável.

Conforme termos contratuais o Sicoob Central Goiás, na qualidade de interveniente do contrato, ao final do referido período de 10 anos se torna obrigada a recomprar do FGCOOP os créditos que porventura ainda não estiverem recuperados. Não há qualquer obrigação contratual entre a cooperativa e a Central em decorrência deste contrato de cessão de perdas a ratear.

Após assembleia geral realizada em 31 de março de



2024, e após destinação das sobras do exercício de 2023, foi repassado ao FGCOOP os seguintes montantes das perdas recuperadas, em 27/05/2024 de R\$ 3.484.648,68, bem como atualização do saldo devedor sendo o montante de R\$ 1.736.550,57.

Está constituído no passivo, outras obrigações

o montante de R\$ 1.074.416,29, classificados na conta Fundo garantidor de valores, trata-se de saldo de perdas recuperadas das incorporadas de cooperados desligados no decorrer do exercício de 2024, juntamente com a atualização de saldo junto ao FGCOOP, conforme demonstrado abaixo:

Histórico	Valor
Devoluções de capital para formação do Fundo Garantidor de Valores	1.074.416,29
Atualização a pagar 05/2024 a 12/2024 (Previsto no contrato assistência FGCOOP)	746.501,86
<b>Total</b>	<b>1.820.918,15</b>

A contribuição adicional, a título de atualização contratual sobre saldo devedor (perdas retidas), oriundo

de recurso obtido da assistência financeira reconhecidos até 31/12/2024, conforme abaixo:

Despesas com atualizações sobre o saldo devedor Contrato FGCOOP pagas nos exercícios	
2021	1.249.798,07
2022	2.751.888,78
2023	2.114.607,16
2024	1.272.032,27
<b>Total</b>	<b>7.388.326,28</b>

Após deliberação da Assembleia Geral Ordinária sobre as destinações das sobras do ano de 2024, será apurado os valores discriminados dos cooperados das incorporadas, juntamente com os juros ao capital próprio já creditado em conta capital para repasse ao FGCOOP, conforme previsto no contrato de cessão de créditos.

#### i) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 2024, no montante de R\$ 28.815.339,61 e 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 27.265.097,38. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a

100% da taxa referencial Selic.

#### 21) Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024	30/06/2023
Sobra/Perda Líquida do Exercício (Desconsiderando Desp. IRPJ/CSLL)	31.854.505,67	80.925.743,10
(-) Resultado de Atos com Associados	(50.160.127,57)	(91.190.421,78)
(-) Ajustes Manuais	-	(470.942,97)
Outras Deduções (Conforme Res. 129/16 E Res. 145/16) (a)	-	-
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	(6.967.978,20)	(6.715.949,97)
(+) Despesas de Juros ao Capital	28.815.339,61	27.265.097,38
<b>Resultado de Atos com Não Associados Conf. Art. 87 da Lei 5.764/71</b>	<b>3.541.739,51</b>	<b>9.813.525,76</b>

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões – SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

## 22) Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	30/06/2023
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.839.490,89	2.856.233,71	2.366.543,17
Rendas de Empréstimos	84.377.384,24	161.349.893,86	146.626.307,62
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	11.702.082,26	24.462.220,13	29.616.878,04
Rendas de Financiamentos	5.839.409,17	8.798.766,41	5.453.541,95
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.991.696,92	5.232.224,87	8.223.585,38
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à vista	3.217.654,55	5.649.375,64	2.435.824,94
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.267.866,33	4.575.765,21	4.356.464,30
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	2.757.895,20	4.547.287,39	2.823.869,49
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	1.149,88	1.149,88	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	8.176.137,65	14.625.201,01	13.662.423,70
<b>Total</b>	<b>122.170.767,09</b>	<b>232.098.118,11</b>	<b>215.565.438,59</b>

## 23) Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas De Captação	(40.283.446,00)	(77.569.152,06)	(74.924.862,24)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(8.154.813,52)	(16.443.597,50)	(13.574.070,60)
<b>Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>(48.438.259,52)</b>	<b>(94.012.749,56)</b>	<b>(44.844.813,85)</b>
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	21.505.568,51	32.778.406,47	26.842.558,19
Reversões de Provisões para Outros Créditos	1.828.856,17	2.105.381,36	717.820,08
Provisões para Operações de Crédito	(69.439.016,12)	(122.455.952,45)	(66.792.508,55)
Provisões para Outros Créditos	(6.115.489,34)	(10.619.918,65)	(5.612.683,57)
<b>Total</b>	<b>(100.658.340,30)</b>	<b>(192.204.832,83)</b>	<b>(133.343.746,69)</b>



## 24) Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2ºsem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Cobrança	4.315.955,13	8.654.071,72	8.801.260,01
Rendas por Serviços de Pagamento (a)	4.868.974,85	8.687.394,86	4.121.763,34
Rendas de Convênios	159.392,05	349.600,26	433.635,31
Rendas de Comissão	2.806.578,58	7.862.717,30	7.224.963,10
Rendas de Cartões	477.966,40	911.137,64	1.511.257,43
Rendas de Outros Serviços	414.773,92	788.637,92	666.482,26
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento (a)	390.963,53	638.498,24	114.922,20
<b>Total</b>	<b>13.434.604,46</b>	<b>27.892.057,94</b>	<b>22.874.283,65</b>

a) No exercício de 2024, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

## 25) Rendas de Tarifas

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Serviços Prioritários - PF	386.751,00	879.756,00	864.075,00
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	186.176,69	426.398,98	522.185,65
Rendas de Serviços Especiais - PF	7.510,80	23.912,48	18.758,15
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.293.829,81	4.940.253,15	5.463.739,10
<b>Total</b>	<b>2.874.268,30</b>	<b>6.270.320,61</b>	<b>6.868.757,90</b>

## 26) Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(202.193,32)	(432.860,98)	(474.775,57)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.292.160,43)	(4.706.022,96)	(4.140.053,84)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.727.563,77)	(4.940.543,36)	(3.990.371,52)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.229.821,38)	(6.478.845,30)	(5.884.592,03)
Despesas de Pessoal - Proventos	(8.217.552,09)	(16.520.988,79)	(15.246.460,21)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(34.696,99)	(87.183,66)	(21.996,41)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(19.926,48)	(35.287,71)	(56.635,92)
<b>Total</b>	<b>(16.723.914,46)</b>	<b>(33.201.732,76)</b>	<b>(29.814.885,50)</b>

## 27) Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(120.915,37)	(342.382,73)	(579.755,21)
Despesas de Aluguéis	(1.570.227,14)	(2.704.601,07)	(2.295.477,79)
Despesas de Comunicações	(551.315,02)	(1.095.185,56)	(912.754,92)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(527.237,25)	(719.608,52)	(465.076,38)
Despesas de Material	(112.923,71)	(219.507,02)	(280.196,15)
Despesas de Processamento de Dados	(1.356.574,02)	(2.922.278,26)	(2.053.184,28)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(294.127,38)	(844.610,65)	(1.046.068,87)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(111.250,82)	(205.399,84)	(479.003,86)
Despesas de Publicações	(1.440,00)	(1.440,00)	(716,20)
Despesas de Seguros	(42.901,27)	(194.061,33)	(309.446,93)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.638.236,85)	(5.034.988,81)	(4.921.138,09)
Despesas de Serviços de Terceiros	(991.537,14)	(1.962.081,90)	(1.923.495,65)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(822.059,50)	(1.540.179,10)	(1.523.355,22)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(2.055.947,74)	(3.982.130,99)	(5.204.631,02)
Despesas de Transporte	(662.072,10)	(1.278.978,57)	(1.066.994,72)
Despesas de Viagem ao Exterior	(17.283,26)	(19.573,12)	(87.310,01)
Despesas de Viagem no País	(10.817,95)	(65.403,27)	(9.587,31)
Despesas de Depreciação/Amortização	(908.796,43)	(1.769.138,10)	(1.787.744,14)
Outras Despesas Administrativas (a)	(4.160.708,85)	(8.140.368,64)	(7.984.328,55)
<b>Total</b>	<b>(16.956.371,80)</b>	<b>(33.041.917,48)</b>	<b>(32.930.265,30)</b>

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Condomínio	(100.390,21)	(212.472,39)	(238.379,15)
Contribuição sindical patronal	-	(189.002,36)	(21.161,03)
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.114.022,09)	(2.097.823,54)	(2.440.976,41)
Copa/cozinha	(57.768,39)	(115.711,22)	(116.780,89)
Lanches e refeições	(239.795,36)	(470.927,19)	(313.916,81)
Uniformes e vestuários	(172.535,62)	(252.078,36)	(144.412,34)
Contribuição a OCE	(8.838,00)	(17.676,00)	(17.676,00)
Taxas da junta comercial	(5.914,00)	(11.400,43)	(6.012,00)
Impostos e taxas	-	(3.375,84)	-
Marcas e patentes	(423,21)	(632,39)	(1.640,22)
Sistema cooperativista	(706,00)	(706,00)	(660,00)
Mensalidades diversas	-	-	(177.525,00)



Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rateio de despesas da Central	(1.451.336,63)	(2.727.177,48)	(2.860.540,88)
Ações judiciais	-	-	(1.250,00)
Materiais de limpeza	(48.494,18)	(80.027,44)	(52.797,69)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(144.420,49)	(306.000,31)	(290.822,64)
Serviço tesouraria Bancoob	(750,00)	(1.500,00)	(250,00)
Contribuição confederativa	(16.032,18)	(18.704,23)	-
Alocação de despesas - Central	(730.115,91)	(1.505.268,95)	(1.068.380,53)
Outras despesas indedutíveis	-	-	(11.257,39)
Outras despesas administrativas	(61.812,75)	(113.408,21)	(65.358,21)
<b>Total</b>	<b>(4.160.708,85)</b>	<b>(8.140.368,64)</b>	<b>(7.984.328,55)</b>

## 28) Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(391.556,55)	(1.051.130,02)	(1.020.723,33)
Disp. Impostos s/ Serviços - ISS	(150.801,90)	(418.322,68)	(470.942,97)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(80.958,35)	(158.567,27)	(144.040,41)
Disp. Atualização de Impostos e Contribuições	-	(252,00)	-
<b>Total</b>	<b>(623.316,80)</b>	<b>(1.628.271,97)</b>	<b>(1.635.706,71)</b>

## 29) Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	716.945,60	902.946,18	410.928,75
Dividendos	-	3.181.680,04	2.865.305,49
Distribuição de sobras da central	-	-	1.044.471,80
Rendas de Repasses Interfinanceiros	843.947,91	1.371.932,41	808.936,00
Outras rendas operacionais	341.220,48	2.417.304,22	301.695,25
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	3.075.424,23	6.343.696,50	6.534.505,61
Juros ao Capital Recebidos da Central	5.979.750,37	5.979.750,37	5.061.567,52
<b>Total</b>	<b>10.957.288,59</b>	<b>20.197.309,72</b>	<b>17.027.410,42</b>

### 30) Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2ºsem/24	30/06/2024	30/06/2023
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(132.899,63)	(144.130,56)	(113.557,90)
Outras Despesas Operacionais	(4.421.609,14)	(4.854.265,23)	(1.146.872,26)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(3.477.234,80)	(6.645.018,13)	(3.046.955,84)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(266.374,90)	(605.571,32)	(619.388,94)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(27.614,13)	(56.848,96)	(99.630,19)
Perdas - Fraudes Externas	-	-	(756.133,07)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(24.999,78)	(238.870,76)	(17.055,50)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(3.066.348,16)	(7.049.054,46)	(5.854.993,13)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.417.080,54)</b>	<b>(19.593.759,42)</b>	<b>(11.654.586,83)</b>

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 23.

### 31) Despesas com Provisões

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
<b>Provisões/Reversões para Contingências</b>	<b>696,16</b>	<b>(351,91)</b>	<b>693.334,42</b>
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	-	(1.048,07)	(17.102,11)
Provisões para Contingências	(15.308,35)	(15.308,35)	(62.936,35)
Provisões para Demandas Trabalhistas - Sucumbências	(1.767,00)	(1.767,00)	-
Reversões de Provisões para Contingências	17.771,51	17.771,51	773.372,88
<b>Provisões/Reversões para Garantias Prestadas</b>	<b>(3.156.970,93)</b>	<b>(5.805.332,02)</b>	<b>(319.043,33)</b>
Provisões para Garantias Prestadas	(5.637.324,97)	(10.014.524,80)	(4.442.195,79)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	2.480.354,04	4.209.192,78	4.123.152,46
<b>Total</b>	<b>(3.156.274,77)</b>	<b>(5.805.683,93)</b>	<b>374.291,09</b>



## 32) Outras Receitas e Despesas

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/Venda	97.938,38	606.551,67	5.451.376,56
Ganhos de Capital	498.120,41	919.959,10	632.212,24
Outras Rendas Não Operacionais	1.521.872,31	2.809.565,83	3.094.598,07
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(4.724,67)	(4.724,67)	(522.458,10)
(-) Perdas de Capital	(419.052,27)	(545.605,27)	(735.441,88)
<b>Provisões/Reversões Não Operacionais</b>	-	-	<b>2.213.835,23</b>
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	-	2.738.080,19
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	-	(524.244,96)
<b>Total</b>	<b>153.211,57</b>	<b>3.785.746,66</b>	<b>889.839,67</b>

## 33) Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023.

## 34) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação

específica.

### 34.1) Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são

deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 art.44.

Natureza da Operação	31/12/2024	31/12/2023
<b>Operações Ativas</b>		
Operação de crédito	30.358.222,71	22.902.326,87
PCLD - Provisão de crédito	1.207.232,23	447.721,23
Taxa média	0,04	0,04
Prazo médio	<b>115,64</b>	<b>110,14</b>
<b>Operações Passivas</b>		
Depósitos	70.607.864,26	35.623.173,64
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	12.452.559,42	3.599.072,08
Taxa Média Depósitos	0,90	0,90
Taxa Média - LCA	0,01	0,01
Prazo Médio Depósitos	119,17	122,22
Prazo Médio - LCA	17,81	13,76
<b>Garantias prestadas</b>	<b>91.226.336,99</b>	<b>75.621.967,24</b>
<b>Capital social</b>	<b>10.061.212,16</b>	<b>6.635.835,37</b>
<b>Remuneração</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(4.610.578,36)	(4.105.765,47)
Encargos sociais	(1.046.818,74)	(867.707,01)
Benefícios	(95.444,60)	(34.288,37)

### 34.2) Cooperativa Central

O SICOOB SECOVICRED, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB NOVA CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas

O SICOOB NOVA CENTRAL, é uma sociedade co-operativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB NOVA CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SECOVICRED responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB NOVA CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB NOVA CENTRAL:



Descrição	31/12/2024	31/12/2023
<b>Operações Ativas</b>		
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	183.253.289,75	242.095.856,50
Participações de Cooperativas	61.252.506,06	54.970.042,37
Rendimentos Centralização Financeiras a Receber	2.022.796,27	2.485.121,38
<b>Total de Operações Ativas</b>	<b>246.528.592,08</b>	<b>299.551.020,25</b>
<b>Operações Passivas</b>		
Rateio/Alocação Filiadas	418.503,20	443.554,47
<b>Total de Operações Passiva</b>	<b>418.503,20</b>	<b>443.554,47</b>
<b>Receitas</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	29.390.895,55	34.990.382,26
<b>Despesas</b>		
Rateio de Despesas da Central	(2.727.177,48)	(2.860.540,88)
Alocação de Despesa da Central	(1.505.268,95)	(1.068.380,53)
<b>Total das Despesas</b>	<b>(4.232.446,43)</b>	<b>(3.928.921,41)</b>

### 35) Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do

Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR)	325.585.612,83	289.013.940,01
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.407.843.346,42	1.203.120.162,98
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	23,12	24,02
Imobilizado para cálculo do limite	19.783.286,46	15.497.193,72
Índice de imobilização (limite 50%) %	6,08	5,36

### 36) Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência

Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2ºsem/24	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Previdência Privada	(147.334,11)	(286.072,52)	(169.034,33)

## 37) Gerenciamento de Risco

Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

### 37.1) Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco

Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### 37.2) Risco de crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a



aderência à condição econômico financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### 37.3) Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas,

fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas. posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico ( $\Delta EVE$ ): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta NII$ ): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da

análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

### 37.4) Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.



A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

### 37.5) Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

**Risco Social:** o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

**Risco Ambiental:** o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

**Risco Climático:** o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob,

seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

## 37.6) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

## 37.7) Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o



objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

### 37.8) Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

### 38) Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**Jefferson Alves Costa**  
Diretor Operacional

**Lorena Teixeira Rezende Dias**  
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

A photograph of three women in an office environment. They are gathered around a desk, looking at a tablet held by one of the women. All three are smiling and appear to be in a collaborative and positive mood. The woman on the left has dark curly hair and is wearing a light blue shirt. The woman in the middle has long brown hair and is wearing a dark top. The woman on the right has brown hair and is wearing a white patterned shirt. The background shows office windows and furniture.

# Relatório do Auditor Independente

*Sobre as Demonstrações Contábeis;*



# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda.**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda. (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 25 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers  
Audidores Independentes Ltda.  
CRC 2GO001774/F-2



Ricardo Barth de Freitas  
Contador CRC 1SP235228/O-5

5

# Parecer do Conselho Fiscal

---



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda. - SICOOB SECOVICRED, no exercício das atribuições previstas no Estatuto Social, analisou as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como o Parecer de Auditoria emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PWC).

Considerando as avaliações periódicas realizadas por este órgão de fiscalização, o Conselho Fiscal conclui que os números apresentados no balanço refletem adequadamente a real situação econômico-financeira da cooperativa.

Diante disso, manifestamos parecer favorável à aprovação do balanço.

Goiânia-GO, 25 de março de 2025.

Paulo Oliveira Lima  
**Coordenador do Conselho Fiscal**

Paulo Roberto de Souza  
**Conselheiro Fiscal Efetivo**

Rafael Araújo Santos Baiocchi Carneiro  
**Conselheiro Fiscal Efetivo**

6

# SECOVICRED EM NÚMEROS

---

*Em relação a 2024*



## EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL

**NÚMERO DE COOPERADOS: 22.520**

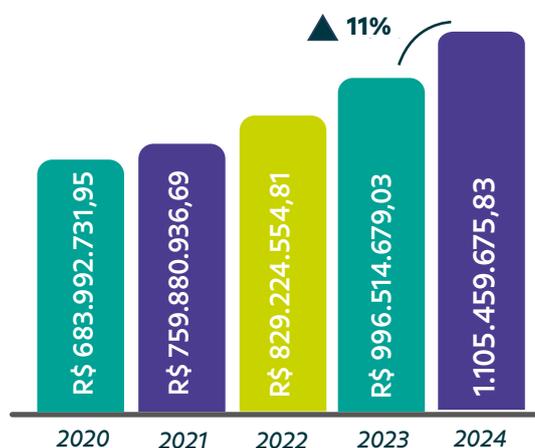
O Sicoob Secoviced obteve um crescimento de 10% no seu quadro de cooperados quando comparado ao ano de 2023.



## CAPTAÇÃO DE RECURSOS

**TOTAL DE DEPÓSITOS: R\$ 1.105.459.675,83**

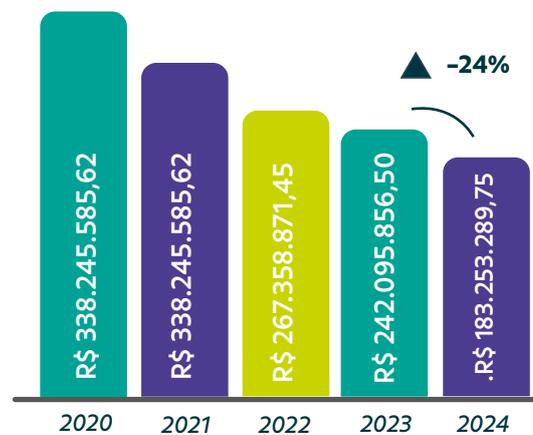
Os recursos captados na forma de depósitos à vista e a prazo apresentaram em 2024 uma evolução de 11% em relação ao ano de 2023.



# APLICAÇÃO DE RECURSOS / CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA

**TOTAL DA APLICAÇÃO: R\$ 183.253.289,75**

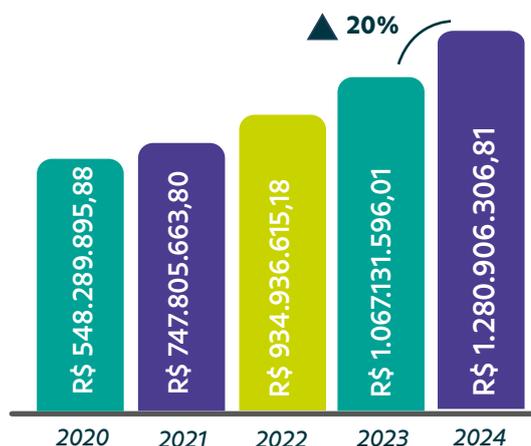
Houve uma redução de 24% nos recursos aplicados junto a Nova Central, devido ao aumento da carteira de crédito, proporcionando uma **receita na centralização financeira superior a R\$ 29 milhões no ano de 2024**, devido a Selic média do ano.



# OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**TOTAL DAS OPERAÇÕES: R\$ 1.280.906.306,81**

O exercício de 2024 foi encerrado com saldo de operações em crescimento. Comparado ao ano de 2023 crescemos **20%**, resultado das boas práticas financeiras, dentro dos limites autorizados pelas normas legais.

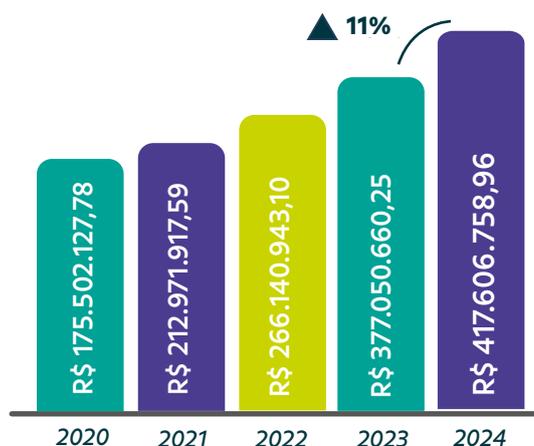




# PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**TOTAL DO PL: R\$ 417.606.758,96**

O Patrimônio Líquido é um indicador de solidez. Em 2024 registramos um crescimento de **11%** quando comparado ao ano de 2023.



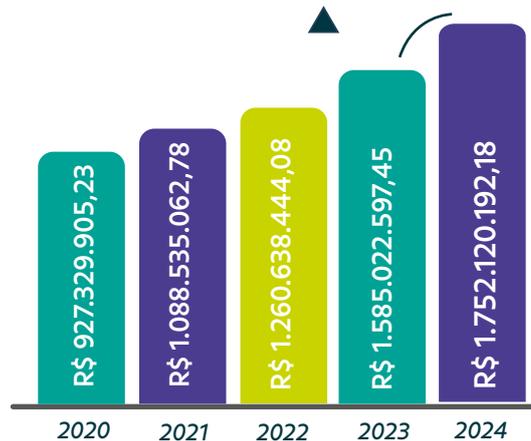
## COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COMPOSIÇÃO PL	2024	2023	VARIAÇÃO (%)
CAPITAL SOCIAL	298.299.037,97	247.338.692,18	20,60%
FUNDO DE RESERVA	109.027.053,57	91.346.143,26	19,36%
FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL	7.072.364,12	15.393.442,09	-54,06%
SOBRAS A DISP. AGO	7.072.364,13	15.393.442,09	-54,06%
PERDAS ACUMULADAS	(3.864.060,83)	(4.076.313,05)	-5,21%
<b>TOTAL</b>	<b>417.606.758,96</b>	<b>365.395.406,57</b>	<b>14,29%</b>

# ATIVOS TOTAIS

**TOTAL DE ATIVOS: R\$ 1.752.120.192,18**

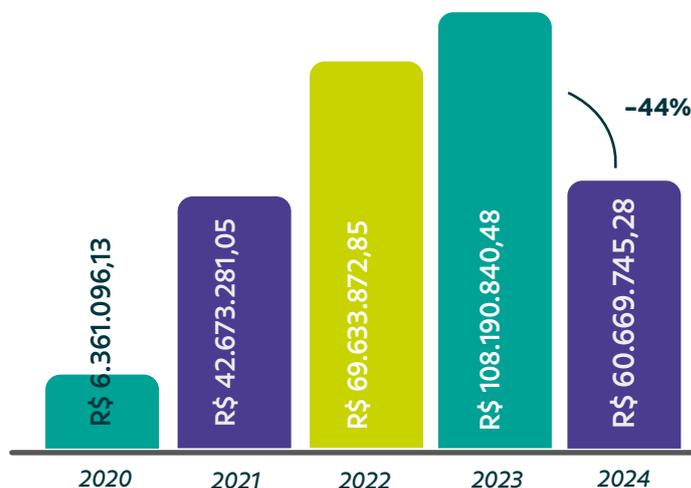
Em 2023 registramos o crescimento de **11%** em ativos totais.



# SOBRAS ANTES DA REMUNERAÇÃO AO CAPITAL

**SOBRAS: R\$ 60.669.745,28**

As sobras totalizaram mais de R\$ 60,7 milhões, representando uma cooperativa sólida.





## Ações e eventos

---

## SICOOB SECOVICRED CONQUISTA O TROFÉU CNIS

Em 2024, o Sicoob Secovicred, por meio do Instituto Sicoob, promoveu mais de 300 ações de caráter social e educativo, com o objetivo de levar a educação financeira a diversas comunidades. Essas ações foram realizadas por nossos colaboradores voluntários, que se dedicaram como verdadeiros agentes de transformação social. Entre as iniciativas, **destaca-se a Coleção Financinhas**, que teve como foco a educação financeira de crianças de 4 a 10 anos. Ao todo, mais de **51 mil pessoas**

foram beneficiadas pelas nossas ações, reforçando nosso compromisso com o desenvolvimento social e econômico das comunidades. O impacto gerado foi reconhecido na **Campanha Nacional de Investimento Social (CNIS)**, onde conquistamos o primeiro lugar na **categoria Coleção Financinhas**, evidenciando o sucesso de nossos programas e a relevância do trabalho realizado em prol da inclusão financeira e da cidadania.



*Na imagem, os líderes da cooperativa. Da esquerda para a direita, o Superintendente Comercial, Adilson Carlos Squissato, o Diretor Operacional, Jefferson Alves Costa, o Conselheiro Paulo Oliveira Lima, o Diretor de Riscos, Hélio Silveira do Nascimento Júnior, o Conselheiro Murillo Cortizo Vidal, o Presidente em Exercício, Ioav Blache, o Presidente Licenciado, Marcelo Baiocchi Carneiro, os Conselheiros Mardel Paranhos Carvalho e Edmar Ferreira Perilo ao lado do Diretor Superintendente, Antônio Gomes da Silva Filho.*



## NOVA AGÊNCIA EM BELA VISTA DE GOIÁS

Com um animado café da manhã e muita alegria, no dia 17 de abril de 2024, o Sicoob Secoviced entregou aos cooperados mais uma importante conquista: a nova sede do Ponto de Atendimento (P.A.) em Bela Vista de Goiás.

A solenidade de inauguração contou com a presença do presidente em exercício, Ioav Blanche, do presidente licenciado, Marcelo Baiocchi, diretores, conselheiros e colaboradores do Sicoob Secoviced, cooperados e autoridades do município. “Essa conquista evidencia, uma vez, a nossa certeza do

potencial socioeconômico de Bela Vista de Goiás. Com o apoio dos nossos cooperados, estamos prontos para alcançar patamares ainda mais elevados”, afirmou o presidente em exercício, Ioav Blanche, durante a solenidade.

“O novo P.A. é mais um símbolo concreto do nosso compromisso com o desenvolvimento socioeconômico da região. Isso somente foi possível graças à confiança depositada por cada um de nossos cooperados”, enfatizou o presidente licenciado da cooperativa, Marcelo Baiocchi.

**“O novo P.A. é mais um símbolo concreto do nosso compromisso com o desenvolvimento socioeconômico da região. Isso somente foi possível graças à confiança depositada por cada um de nossos cooperados no Sicoob Secoviced”**

*Marcelo Baiocchi*  
Presidente Licenciado



## SICOOB SECOVICRED NO DIA DO COOPERATIVISMO

No dia 16 de março de 2024, o Sicoob Secoviced apoiou e esteve presente no 1º Dia do Cooperativismo, em Aparecida de Goiânia. O evento foi realizado pelo Sistema OCB/GO, na Praça João de Barro, no Setor Célia Maria, com o apoio da Prefeitura Municipal e de várias outras cooperativas goianas, e proporcionou serviços nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e lazer, além de apresentações musicais de artistas regionais.

Durante a iniciativa foram realizadas doações de armações de óculos, banco de empregos, orientação de higiene bucal com entrega de kits, aferição de pressão e glicemia, oficina de pintura e decoração, jogos de educação financeira, doações de mudas de árvores, entre outras atividades.

Um dos destaques do Sicoob Secoviced no evento foi o Programa Clínicas Financeiras, implementado

por colaboradores(as) da própria cooperativa, qualificados(as) e experientes, que prestaram atendimentos individualizados aos presentes, sanando dúvidas sobre orçamento pessoal e familiar, endividamento, investimentos e outros assuntos ligados à educação financeira.



## SICOOB SECOVICRED NA 77ª EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE GOIÁS



Em mais uma demonstração do compromisso do Sicoob Secovicred com o desenvolvimento sustentável e o sucesso do agronegócio, de 16 a 26 de maio de 2024, na 77ª Exposição Agropecuária de Goiás, o PA Pecuária se transformou em espaço privilegiado para o reencontro de amigos, construção de novas amizades e valorização do homem do campo.

A equipe Sicoob Secovicred dedicou cada dia da festa organizada pela Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA) para receber calorosamente os cooperados com shows ao vivo, muita animação e reforçando as inúmeras vantagens, oportunidades e benefícios do cooperativismo de crédito para o setor agropecuário nesse que é um dos mais importantes eventos do calendário agropecuário brasileiro.



## 33ª EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE BELA VISTA DE GOIÁS



Em mais uma ação do Projeto Sou rural, sou Sicoob Secoviced, a cooperativa esteve presente, entre os dias 4 e 8 de junho de 2024, na 33ª Exposição Agropecuária de Bela Vista de Goiás – ExpoAgro 2024, festejando junto com os cooperados no stand e camarote e divulgando aos visitantes os produtos, serviços e vantagens do cooperativismo de crédito direcionado ao setor rural.

Exposições, leilões, rodeios, barracas típicas, shows



de artistas renomados, diversão e entretenimento para toda a família foram os ingredientes da receita de sucesso da 33ª Exposição Agropecuária de Bela Vista de Goiás, que reuniu cultura, tradições, gastronomia e espetáculos em um único lugar. “A ExpoAgro 2024 foi uma oportunidade privilegiada para o Sicoob Secoviced estreitar laços com o setor rural e mostrar como o cooperativismo de crédito pode ajudar a impulsionar o crescimento sustentável do agronegócio”, destaca o presidente licenciado do Sicoob Secoviced, Marcelo Baiocchi.

## RODEIO SHOW DE CRISTIANÓPOLIS

No período de 13 a 16 de junho de 2024, a equipe do Sicoob Secoviced participou ativamente da 11ª edição do Rodeio Show de Cristianópolis. O evento, que celebrou os 71 anos do município, foi um verdadeiro sucesso, com uma programação diversificada que atraiu moradores e visitantes da região com shows de músicos regionais e nacionais, montarias, cavalgada e diversas atividades de

entretenimento para todas as idades.

Durante os quatro dias de festa, a presença do Sicoob Secoviced foi acentuada, com stand e camarotes no espaço de shows e na arena de rodeios, recebendo cooperados e divulgando as inúmeras vantagens e benefícios do cooperativismo de crédito.

**“A participação no Rodeio Show de Cristianópolis reafirma o compromisso do Sicoob Secoviced com o agronegócio e o desenvolvimento sustentável da região, além de celebrarmos, junto com a população, os avanços e conquistas de Cristianópolis ao longo dos seus 71 anos de história”**

**Ioav Blanche**  
Presidente em exercício



## APOIO AO PROGRAMA AGRINHO

No início de junho de 2024, a equipe do PA Varjão do Sicoob Secovicred esteve presente na Escola Municipal Gilberto Pereira Machado, apoiando o Programa Agrinho.

Promovida há 16 anos pela Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg/GO), em parceria com o Sistema Nacional de Aprendizagem Rural de Goiás (Senar/GO), a iniciativa visa incentivar a prática pedagógica por meio de projetos que contemplem a construção do conhecimento, proporcionando a inserção de temas de relevância social, cultural, econômica, política e ambiental, visando melhorias constantes de hábitos e atitudes.

O Agrinho é voltado para estudantes de escolas privadas e públicas – municipais e estaduais –, professores, gestores escolares e comunidades em geral e na Escola Municipal Gilberto Pereira Machado beneficiou, com o apoio do Sicoob Secovicred, 258 alunos do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e 62 alunos da Educação de Jovens e Adultos (DA), contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.



## DESTAQUE EM PROTEÇÃO AMBIENTAL



No dia 6 de junho de 2024, na Câmara Municipal de Goiânia, a Gerente de Gestão de Pessoas do Sicoob Secovicred, Wellysmara Guilherme, representou a cooperativa na Sessão Especial Destaques em Proteção Ambiental, proposta pela vereadora Kátia Maria.

No evento, o Sicoob Secovicred foi um dos homenageados com o Diploma de Honra ao Mérito em reconhecimento ao trabalho em prol da conservação do meio ambiente, por meio da conscientização, pesquisa, desenvolvimento de políticas públicas e ações sólidas na defesa das leis ambientais, promovendo a harmonia entre o meio ambiente, a sociedade e a economia para garantir um futuro mais sustentável.



## RODEIO SHOW DE SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO



Reafirmando o compromisso com a prosperidade do homem do campo, do agronegócio e com as manifestações culturais das comunidades onde a cooperativa está inserida, de 1 a 4 de agosto de 2024, o Projeto

Sou Rural, sou Sicoob Secoviced esteve presente na 8ª edição do Rodeio Show de São Miguel do Passa Quatro.

O estande da cooperativa foi o ponto de encontro dos nossos cooperados na festa que, além do tradicional rodeio, contou com shows musicais, cavalgada, concurso para a escolha da Rainha do Rodeio Show 2024, muita alegria e diversão. “A presença do Sicoob Secoviced na festa foi uma celebração da cultura rural e do espírito cooperativista, reforçando o nosso apoio ao agronegócio, ao desenvolvimento da comunidade local e promovendo a integração e o fortalecimento dos laços entre nossos cooperados”, destaca o Diretor de Negócios da cooperativa, Jefferson Alves Costa.

## SICOOB SECOVICRED NO CANADÁ

Atuando sempre para garantir aos nossos cooperados o que existe de mais avançado no cooperativismo mundial, de 01 a 10 novembro de 2024, o presidente licenciado do Sicoob Secoviced, Marcelo Baiocchi, o Diretor Superintendente do Sicoob Secoviced Antônio Gomes da Silva Filho, os conselheiros Mardel Paranhos Carvalho, Felipe Pinho da Costa, Renato Costa Esperidião Júnior, e o Diretor Superintendente do Sicoob Nova Central, Ullisses Silva Vilela Capistano, participaram de intercâmbio da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confabras) nas cidades de Montreal e Quebec, em uma viagem de estudos e conhecimento sobre o sistema cooperativo do Canadá.

Durante 10 dias, a comitiva participou de visitas técnicas, aulas e imersões em cooperativas de referência, troca de conhecimentos, técnicas e ferramentas, além de conhecer a cultura local.

### PIONEIRISMO

O Canadá foi o primeiro país das Américas a criar cooperativas de crédito. Sede do Grupo Desjardins, a maior federação de cooperativas financeiras da América do Norte, fundada em 1900, o país tem quase um terço da população como cooperados.



## APOIO À CULTURA E À GASTRONOMIA

Na noite de 27 de novembro de 2024, o Sicoob Secovicred reforçou seu compromisso com a valorização da gastronomia goiana ao patrocinar oficialmente, pelo terceiro ano consecutivo, o Prêmio Curta Mais 2024, um dos eventos mais aguardados do setor.

A premiação, reconhecida como referência em Goiânia, destacou os melhores estabelecimentos e experiências gastronômicas da cidade, reafirmando a importância de iniciativas que celebram a excelência e a inovação no segmento. Representando a cooperativa no evento, estiveram presentes o presidente licenciado Marcelo Baiocchi Carneiro, o diretor de Negócios Jefferson Alves Costa, o superintendente Comercial Adilson Carlos

Squissato, a gerente de Marketing Lara Vieira e a gerente da Central de Relacionamento Jéssica Martins.

A parceria entre o Sicoob Secovicred e o Curta Mais é mais um capítulo na trajetória da cooperativa, que se posiciona como uma aliada de projetos que promovem qualidade, criatividade e impacto social positivo. “Para o Sicoob Secovicred, a participação em um evento dessa importância é mais do que um investimento. É a manifestação clara do nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável, a valorização de talentos locais e o incentivo à inovação em setores estratégicos para a economia goiana”, ressaltou o presidente licenciado do Sicoob Secovicred, Marcelo Baiocchi Carneiro.

## ENTREGA DE BRINQUEDOS PARA MAIS DE 2.200 CRIANÇAS EM GOIÂNIA





Na manhã do dia 10 de dezembro de 2024, o Sicoob Secoviced, em parceria com a Fecomércio-GO, promoveu uma ação solidária que levou alegria a cerca de 2.200 crianças do Projeto Ministério Terra Fértil, em Goiânia. A Fecomércio entregou diversos presentes, proporcionando um momento de diversão e encantamento aos pequenos.

Além da distribuição dos brinquedos, a programação foi repleta de entretenimento, com atividades especialmente preparadas para a criançada. O ponto alto do evento foi a visita do Papai e da Mamãe Noel, que levaram ainda mais magia à ocasião. Ao final, todos os participantes também receberam um lanche especial para encerrar a manhã festiva com muita energia.

O Ministério Terra Fértil é uma entidade social que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade da região metropolitana de Goiânia. Com foco em educação e proteção, o projeto oferece um futuro melhor a centenas de famílias, recebendo o apoio do Sicoob Secoviced há diversos anos.

“O Sicoob Secoviced acredita que o apoio dado ao Ministério Terra Fértil é um investimento na qualidade de vida dessas crianças para a construção

de uma sociedade melhor. Aqui as crianças são amparadas, educadas e instruídas. Estamos muito felizes por finalizar mais um ano dessa parceria com a entrega de brinquedos”, destacou o presidente licenciado do Sicoob Secoviced, Marcelo Baiocchi Carneiro.

O diretor Superintendente do Sicoob Secoviced, Antônio Gomes da Silva Filho, ressaltou a importância do cooperativismo e do engajamento com a comunidade. “O Sicoob Secoviced, unido à Fecomércio-GO, realizou uma ação para beneficiar o Ministério Terra Fértil neste Natal. E tudo isso só é possível com o apoio dos nossos cooperados, já que essa é uma entrega promovida pelo cooperativismo junto à Federação. Sabemos da importância desse investimento para as crianças e agradecemos a confiança dos nossos cooperados em proporcionar ações vinculadas com os nossos princípios, em especial o sétimo, que trata sobre o ‘Interesse pela comunidade.”

O evento reforçou o compromisso do Sicoob Secoviced e da Fecomércio com a responsabilidade social e com os valores cooperativistas, trazendo esperança e solidariedade para a comunidade local no período natalino.



## IMERSÃO NO ESPÍRITO NATALINO

O Sicoob Secovicred foi um dos patrocinadores do Natal do Bem, projeto desenvolvido pelo governo de Goiás e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia-GO.

Considerado o maior do país com entrada gratuita, o evento natalino garantiu uma experiência única, com mais de 300 apresentações culturais gratuitas, desde espetáculos musicais e teatrais até danças e intervenções artísticas.

Uma das atrações foi a Casa Sicoob, espaço interativo e lúdico, inspirado nos princípios cooperativistas e na magia do Natal, com entretenimentos para crianças e adultos.

Além das atrações culturais, o Natal do Bem contou com uma Vila Gastronômica, composta por 25 quiosques, oferecendo uma variedade de opções de alimentação.



## COMITIVA DO SICOOB SECOVICRED NO 15º CONCREDE



No período de 7 a 9 de agosto de 2024, no Expominas, em Belo Horizonte (MG), comitiva composta por integrantes da diretoria e conselhos do Sicoob Secovicred, liderados pelo presidente licenciado do Sicoob Secovicred, Marcelo Baiocchi Carneiro, participou do 15º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Cré-

dito (Concred), o maior evento do cooperativismo financeiro do mundo.

Realizado bianualmente pela Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras), o Concred se destaca pelo fomento à troca de ideias e ao compartilhamento de conhecimentos e experiências, promovendo a integração e o desenvolvimento do cooperativismo de crédito brasileiro. “A presença no Concred 2024 evidencia o nosso compromisso com a formação e o alinhamento estratégico com as melhores práticas do setor, além de fortalecer a posição do Sicoob Secovicred como um dos protagonistas no cenário nacional do cooperativismo de crédito”, avalia Marcelo Baiocchi Carneiro.



## SICOOB SECOVICRED NO WORLD INVESTOR WEEK 2024

No período de 7 a 13 de outubro de 2024, o Sicoob Secoviced participou ativamente da Semana Mundial do Investidor (World Investor Week – WIW) 2024.

Em ações desenvolvidas pelas equipes de voluntários do Sicoob Secoviced no Centro Municipal de Educação Infantil Maria Isabel Arantes, Escola Municipal Vilmar Gonçalves da Silva e Escola Municipal Nova Conquista foram beneficiadas um total de 1.868 crianças, assegurando informações úteis e confiáveis, educação financeira e diversão saudável àqueles que são o futuro de nossa nação.



## COOPSPARTY SUMMIT GOIÁS



Durante o CoopsParty Summit Goiás – maior evento de inovação do cooperativismo nacional e um dos maiores eventos de inovação do País –, realizado no dia 18 e 19 de novembro de 2024, colaboradores do Sicoob Secoviced participaram dos desafios da Arena InovaCoop Goiás. Um espaço que promoveu uma maratona de ideias (Ideathon) entre 15 times de cooperativas goianas, cinco foram do Sicoob Secoviced. No desafio, os participantes apontaram soluções reais para a realidade das cooperativas. As melhores ideias foram premiadas com viagens, tablets e kindles.

Em uma competição entre os times do Sicoob Secoviced, que precisavam elaborar ideias inovadoras

sobre os problemas do nosso dia a dia, três times ocuparam o podium.

Em primeiro lugar, o projeto “Como otimizar o processo de lançamento de Notas Fiscais garantindo a conferência de alíquotas”, do time Coopnext composto por Mateus Mariano, Felipe Diniz e Lidiane Pires da Cunha, ganhou o desafio de inovação.

O segundo lugar foi para a equipe Cooperação Dinâmica do Max Machado, Rafael Stuart, Adriano Santos, que apresentou o projeto “Redução do tempo no processo de análise do imóvel ofertado em garantia para operações de crédito rural recebidas”.

Já o terceiro lugar foi do time Conectacoop, ocupado por Jeferson Teixeira, Hiago Ferreira e Felipe André, com o desafio relacionado a operações de crédito, mesmo tema apresentado acima.

Além desses, participaram também os colaboradores Enzo Feliciano, Pedro Sousa, João Nicholas, Alexandre de Castro, Erick Tolentino, Priscilla Frugoni. As ideias estavam relacionadas em promover a maior eficiência e a automação de processos internos.



### Central de Atendimento

Telefone: (62) 3416-0000

Whatsapp: (62) 3414-4399

### Demais serviços de atendimento

[sicoob.com.br/secoviced](http://sicoob.com.br/secoviced)

Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111

Demais localidades: 0800 642 0000

### SAC 24h

0800 724 4420

### Ouvidoria Sicoob

Atendimento seg. a sex. das 8h às 20h | 0800 725 0996

[www.ouvidoriasicoob.com.br](http://www.ouvidoriasicoob.com.br)

### Deficientes auditivos ou de fala

Atendimento seg. a sex. das 8h às 20h | 0800 940 0458



[secoviced.coop](https://www.instagram.com/secoviced.coop)



[secoviced.coop](https://www.linkedin.com/company/secoviced.coop)



[secoviced.coop](https://www.facebook.com/secoviced.coop)



[sicoobsecoviced](https://www.youtube.com/channel/UCsicoobsecoviced)

